

CADERNOS SBPC



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Diretoria 2005/2007

Presidente Ennio Candotti

Vice-Presidentes Dora Fix Ventura e Celso Pinto de Melo

Secretário-Geral Lisbeth Kaiserlian Cordani

Secretários Ingrid Sarti, Maria Célia Pires Costa e Osvaldo Sant'Anna

1º Tesoureiro Peter Mann de Toledo

2º Tesoureiro Suely Druck

Presidentes de Honra

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

José Goldemberg
Oscar Sala
Ricardo Ferreira

Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Conselho | Membros efetivos

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

Glaci Zancan
José Goldemberg
Oscar Sala

Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

ÁREA A

Lúcio Flávio de Faria Pinto (PA) (2003/07)
Antônio José Silva Oliveira (MA) (2005/09)
Luís Carlos de Lima Silveira (PA) (2005/09)

ÁREA B

Gizélia Vieira dos Santos (BA) (2003/07)
Lúcio Flávio de Sousa Moreira (RN) (2003/07)
José Antonio Aleixo da Silva (PE) (2005/09)
Lindberg Lima Gonçalves (CE) (2005/09)
Mário de Sousa Araújo Filho (PB) (2005/09)
Willame Carvalho e Silva (PI) (2005/09)

ÁREA C

João Cláudio Todorov (DF) (2003/07)
Maria Stela Grossi Porto (DF) (2003/07)
Fernanda Sobral (DF) (2005/09)
Lúcio Antonio de Oliveira Campos (MG) (2005/09)

ÁREA D

Alzira Alves de Abreu (RJ) (2003/07)
Ildeu de Castro Moreira (RJ) (2003/07)
Roberto Lent (RJ) (2005/09)

ÁREA E

Antônio Flávio Pierucci (SP) (2003/07)
Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (SP) (2003/07)
Marilena de Souza Chauí (SP) (2003/07)
Regina Pekelmann Markus (SP) (2005/09)

ÁREA F

Dante Augusto Couto Barone (RS) (2003/07)
Carlos Alexandre Netto (RS) (2005/09)
Euclides Fontoura da Silva Jr. (PR) (2005/09)
Zelinda Maria Braga Hirano (SC) (2005/09)

Secretários Regionais e Seccionais | Mandato 2006/2008

Área A

José Maurício Dias Bezerra (MA)
Silene Maria Araújo de Lima (PA)
Paulo Henrique Lana Martins (TO)

Área B

Angelo Roncalli Alencar Brayner (CE)
Ivan Vieira de Melo (PE)
Joaquim Campelo Filho (PI)

Área C

Ivone Rezende Diniz (DF)
Reginaldo Nassar Ferreira (GO)

Área D

Adalberto Moreira Cardoso (RJ)

Área E

Suzana Salem Vasconcelos (SP)

Área F

Marcos Cesar Danhoni Neves (PR)
Maria Suely Soares Leonart (Seccional de Curitiba)
Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue (RS)
Mário Steindel (SC)

REGISTRO DOS DEBATES
DA 58ª REUNIÃO ANUAL

CADERNOS SBPC



Ciências Sociais

2 0 0 6

Ciências Sociais

Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Coordenação editorial

Alicia Ivanissevich

Edição e revisão

Roberto Barros de Carvalho

Reportagem

Célio Yano

Fred Furtado

Helen Mendes

Murilo Alves Pereira

Thaís Fernandes

Projeto gráfico e diagramação

Ana Luisa Videira

Fotolito e Gráfica

Imprinta Express

Um olhar interdisciplinar	7
Por uma segurança cidadã	9
Violência, criminalidade e cidadania	15
Dom e reciprocidade.....	20
Utopia: desencanto, morte e ressurreição....	27
Em direção à igualdade de gêneros	32
Passado rico, presente pobre.....	38
Multipolaridade desordenada	43
O futebol e a copa da Alemanha	50

Um olhar interdisciplinar

Pelo terceiro ano consecutivo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) buscou registrar boa parte dos debates ocorridos em sua 58ª Reunião Anual, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em mais uma série de cadernos temáticos. Desta vez, porém, a cobertura foi além, documentando em vídeo – com transmissão pela internet em tempo real – a maioria dos simpósios, mesas-redondas e conferências apresentados na reunião. Nestes cadernos, além de registrar o que foi discutido em alguns desses eventos, aproveitamos para incluir duas novas modalidades – encontros abertos e grupos de trabalho – que ficaram de fora do enquadramento das lentes. Constam também alguns documentos elaborados pelos coordenadores desses grupos que tecem recomendações apresentadas à SBPC ao fim da reunião.

Com essa cobertura mais ampla e uma abordagem mais generalista e menos fragmentada dos assuntos tratados, a SBPC pretende honrar a temática principal de sua 58ª Reunião Anual: 'SBPC&T, semeando interdisciplinaridade'. Esse novo olhar multifacetado pode ajudar a construir uma reflexão mais aprofundada sobre a atividade científica e tecnológica em nossa sociedade.

Queremos lembrar que as versões aqui apresentadas não foram revistas pelos conferencistas e demais participantes, mas procuram ser um retrato fiel – ainda que tímido e desenhado em traços largos – do acontecido em Florianópolis.

Coordenação editorial

Por uma segurança cidadã

O dia 12 de maio de 2006 não foi uma sexta-feira comum em São Paulo. Nessa data e nos dias seguintes, a capital paulista sofreu uma onda de ataques dirigidos contra agentes de segurança e instituições do estado, bem como agências bancárias, ônibus etc. Os atos da facção criminosa Primeiro Comando da Capital, o PCC, em resposta ao isolamento de seus líderes nas penitenciárias, trouxeram novamente à tona os problemas da segurança pública no Brasil. A crise recente levou um grupo de pesquisadores ligados a universidades e aos poderes Legislativo e Judiciário a discutir o tema 'Violência, criminalidade e cidadania' em simpósio realizado durante a 58ª Reunião Anual da SBPC. Pela primeira vez a entidade experimentou tratar pautas específicas em forma de Grupos de Trabalho (GTs). O que foi debatido pelo grupo e apresentado no simpósio resultou em uma carta entregue aos candidatos à Presidência da República – uma contribuição da ciência para balizar as futuras políticas de segurança pública no país.

O sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), abriu o simpósio lendo o texto preparado após o encontro do Grupo de Trabalho. "Foi uma reunião interdisciplinar com pessoas de várias áreas, como a jurídica e a política, além da sociologia, antropologia, e profissionais da segurança pública. O escopo do texto foi apresentar os pontos básicos para um novo padrão civilizatório

da sociedade brasileira”, disse Tavares. Após a leitura, os espectadores puderam opinar, contribuindo para a elaboração do documento final.

Para o físico Ennio Candotti, presidente da SBPC, o excesso de leis é um dos grandes problemas da segurança pública, pois contribui para retardar o trabalho do Poder Judiciário. Segundo ele, as cerca de 60 mil leis hoje em vigor no Brasil são um entrave para que os juízes trabalhem adequadamente. “De antemão somos réus, por desconhecer leis que nos proíbem fazer quase tudo. Não seria melhor nos basearmos na hipótese de que somos todos inocentes até prova em contrário? Será que essa simplificação da vida cotidiana não deixaria mais tempo livre para enfrentarmos os graves problemas do crime organizado?”, questionou Candotti. O físico comparou a segurança pública com as questões ambientais, exemplificando que há 10 mil agentes do Instituto Brasileiro do Meio

“O excesso de leis é um dos grandes problemas da segurança pública, pois contribui para retardar o trabalho do Poder Judiciário.”

Ennio Candotti
Presidente da SBPC

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fiscalizando o trabalho dos pesquisadores, em vez de combater a destruição de milhares de quilômetros quadrados de florestas. “A Lei prescreve leis demais para o efetivo que temos”, concluiu.

Entretanto, a culpa do número extravagante de leis é do Poder Legislativo, responsável por sua criação, e não do Judiciário, defendeu o desembargador Umberto Guaspari Sudbrack, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Segundo ele, o Legislativo cria as regras ao sabor da pressão pública e dos acontecimentos veiculados pela mídia. “A Lei dos Crimes Hediondos surgiu naquele contexto do Rio de Janeiro, quando o empresário [Roberto] Medina foi seqüestrado. O Congresso Nacional criou a lei para dar uma explicação à opinião pública, que por sua vez é controlada pela mídia”, afirmou Sudbrack. Além de usar o exemplo do seqüestro ocorrido em 1990, o jurista citou o caso da atriz Daniela Perez, assassinada por Guilherme de Pádua e Paula Thomaz em 1992, que transformou o homicídio qualificado em crime hediondo. “Chamo esta Lei dos Crimes Hediondos de ‘Lei Hedionda’, que aumentou as penas, contradizendo as garantias fundamentais dos direitos humanos. Nossos legisladores legislam muito mal”, provocou.

Para a cientista política Ingrid Sarti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o excesso de leis resulta da desarticulação entre os poderes Legislativo e Judiciário e a sociedade. Na visão de Sarti, o Parlamento, atualmente uma das instituições mais

desacreditadas pela sociedade, centraliza todas as questões democráticas; por isso o foco da discussão deveria estar lá. “Minha proposta é que dentro dessa cultura cívica a gente inclua o amplo debate dentro do Parlamento, para depois não reclamarmos de que há leis demais ou de que não há leis. Tanto uma coisa quanto a outra é discutida justamente na Casa do Povo, essa casa da qual o povo não participa”, afirmou.

Esse maior diálogo entre os vários setores que atuam na segurança pública, defendido por Sarti, é essencial também para o sociólogo Renato Sérgio de Lima, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. “Temos um sistema de justiça criminal formado por Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema carcerário. Mas as instituições não funcionam integradas em um sistema; funcionam como instituições isoladas, cada uma com a sua lógica”, argumentou. Para ele, deve haver um foco no gerenciamento dessas instituições, ou seja, um esforço para que todo o sistema funcione em conjunto.

Prisões: depósito de humanos

Candotti discordou de que o problema da segurança pública esteja no gerenciamento. Para o presidente da SBPC, é necessário reduzir o número de pessoas presas no país. Segundo ele, metade dessas pessoas não precisaria estar na cadeia pelo crime cometido ou conseguiria sair com um *habeas corpus* se tivesse condições de pagar um advogado. “Ora, isso significa que não é uma questão de gerenciamento; deve haver uma postura de julgamento rápido ou de impedir que quem ainda não foi julgado vá para a prisão”, afirmou.

Da platéia, o professor de ética Júlio Alejandro Jelvez, da Faculdade Cenecista de Osório (RS), concordou que o Estado continua prendendo pessoas sem pensar na razão para isso. Instigando os palestrantes, Jelvez quis saber qual o sentido da prisão. “Resocializar? Punir?” Ele lembrou que o preso não fica detido para sempre e que, ao sair da ‘escola do crime’, está pronto para voltar ou, em alguns casos, ingressar na marginalidade.

A prisão pela prisão não seria a melhor maneira de tratar o problema. Muitos vão para a cadeia por um delito pequeno e saem de lá articulados com o crime organizado.

“Temos um sistema de justiça criminal formado por Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema carcerário. Mas as instituições não funcionam integradas em um sistema; funcionam como instituições isoladas, cada uma com a sua lógica.”

Renato Sérgio de Lima
Sociólogo do Instituto
Brasileiro de Ciências Criminais

No texto final sugerido pelo Grupo de Trabalho, há uma tentativa de mudar essa forma de pensar a questão penitenciária, além de debater o significado do delito e da punição. “A prisão não pode, sob o risco do medo, da insegurança e da violência, ser vista como única saída para o controle da criminalidade (...) Reparar a ofensa à consciência coletiva implica punição, mas devemos discutir as diferentes formas de pena, a fim de assegurar a

“Nessa nova situação, em que a criminalidade não ocorre mais somente contra o patrimônio, mas também contra a própria vida, não podemos mais refletir sobre a condição da sociabilidade no contexto contemporâneo, no Brasil, senão a partir também dessa referência ao medo da estética e do viver cotidiano.”

Cornelia Eckert
Antropóloga da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

reintegração social e evitar a reincidência, quebrando o ciclo perverso da criminalidade”, diz um trecho do documento encaminhado aos presidentiáveis.

Cultura do medo

Mais que investimento em efetivo policial ou algo que se fortaleça a partir da criação de leis, a segurança pública só pode aumentar a partir do momento em que as pessoas mudarem o modo de encarar a criminalidade. Mas, com a crescente violência nos grandes centros urbanos, a tendência é que a sociedade caminhe no sentido inverso do ideal, ou seja, que cultive o que muitos especialistas chamam de “cultura do medo”. Os ataques em São Paulo ocorridos em maio de 2006 e a segunda onda de violência dois meses mais tarde fizeram com que as pessoas, principalmente a classe policial, ficassem ainda mais amedrontadas.

Na 57ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho de 2005 em Fortaleza, o simpósio ‘Antropologia e imagem: medo e terror, exclusão e violência no contexto contemporâneo’, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, tratou da violência sob três aspectos, um dos quais dizia respeito justamente à cultura do medo. Na ocasião, a historiadora e antropóloga Cornelia Eckert, da UFRGS, apresentou dados sobre a cultura do

medo na cidade de Porto Alegre, mostrando que a criminalidade na capital gaúcha não ocorre mais apenas contra o patrimônio, mas também contra a própria vida. “Nessa nova situação, não podemos mais refletir sobre a condição da sociabilidade no contexto

contemporâneo, no Brasil, senão a partir também dessa referência ao medo como constituinte da estética e do viver cotidiano”, disse Eckert, afirmando que a criminalidade e a conseqüente cultura do medo alteram o modo de as pessoas viverem o dia-a-dia. Exemplos disso são aquelas pessoas que andam agarradas às suas bolsas ao sair às ruas ou os proprietários de automóveis que colocam vidro fumê em seus veículos. Nos dias atuais, após os ataques do PCC em São Paulo, a visão da cultura do medo continua mais do que nunca em pauta.

Durante este simpósio GT, o sociólogo César Barreira, da Universidade Federal do Ceará, destacou que a atual geração foi criada dentro da cultura do medo. O reflexo disso é o anseio coletivo pela criação de mais delegacias e cadeias, como forma de combater a criminalidade. Para ele, esse tipo de pensamento deve mudar. “A atuação da polícia não pode agredir os direitos humanos. Ao invés de ‘tolerância zero’, pedimos maior tolerância”, argumentou.

O também chamado ‘terrorismo penal’, quando as leis são endurecidas de forma desesperada para tentar combater a violência, foi relacionado com a atuação da mídia sobre a população. Além de influenciar as pessoas a fazerem pressão para que o Estado crie leis mais rígidas contra o crime, como observou o jurista Umberto Sudbrack, a mídia peca ao banalizar a violência. Para um professor de escola pública que participou do simpósio, a banalização da violência pela mídia decorre de padrões culturais importados dos Estados Unidos, onde há uma cultura da violência exibida em filmes e séries de tevê. Um trecho do texto final elaborado pelo grupo, possivelmente aproveitando uma contribuição dada pelo professor, faz menção ao apoio que a mídia pode dar no combate à violência: “Devem-se evocar os meios de comunicação brasileiros a desenvolver análises científicas dos fenômenos da violência e da criminalidade, assim como estimular conteúdos no sentido da mediação dos conflitos e da produção de uma cultura da não-violência orientada pela construção de uma sociedade da paz”.

“A atual geração foi criada dentro da cultura do medo. O reflexo disso é o anseio coletivo pela criação de mais delegacias e cadeias, como forma de combater a criminalidade. Esse tipo de pensamento deve mudar.”

César Barreira
Sociólogo da Universidade
Federal do Ceará

Cultura brasileira

A carta enviada aos candidatos à Presidência da República visa à construção de uma “nova cultura cívica pela segurança pública”, ou seja, mudar a forma como a segurança pública é tratada pelo governo e encarada pela sociedade. “Propomos um novo significado para a segurança, uma Segurança Cidadã, o que significa uma forma de convivência social orientada pela tolerância, pela proteção social e pela eficiência policial frente ao crime; pela complementação de políticas sociais e políticas de segurança pública; pela preservação do direito à segurança dos cidadãos e cidadãs”, diz outro trecho do documento. Mas, na visão dos participantes do simpósio, a alteração de paradigmas é algo complexo e difícil de ser alcançado. Mais que a importação de modelos culturais de outros países, o modo como encaramos violência, criminalidade e segurança no Brasil reflete a própria

“Até hoje, a cultura da segurança pública esteve voltada para defender o patrimônio e a classe dominante, nunca o cidadão.”

José Vicente Tavares
dos Santos
Sociólogo da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

formação do país. “Até hoje, a cultura da segurança pública esteve voltada para defender o patrimônio e a classe dominante, nunca o cidadão”, disse Tavares. “Os jovens da periferia não têm nenhuma perspectiva de vida. Como sabem que vão morrer cedo, entram na criminalidade para aproveitar o pouco tempo de vida com drogas, carros bonitos e mulheres”, completou o sociólogo da UFRGS.

Para o sociólogo Eduardo Nunes Jacondino, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sediada em Cascavel, a revolução liberal-burguesa no Brasil não resultou em um aprimoramento da democracia e do processo civilizatório. Por aqui, segundo ele, o Estado Democrático de Direito, ou seja, o direito-cidadão válido para todos, nunca foi apropriado pelas instituições sociais. Por esse motivo, as atitudes do Estado são sempre desacreditadas pelos cidadãos. “No Brasil é comum um jovem filho da elite, ao ser parado no trânsito para receber uma multa, perguntar: ‘Você sabe com quem está falando?’”, disse. Em uma nova cultura cívica de segurança pública, proposta pela carta, a pergunta do filho da burguesia seria respondida com outra pergunta: “Quem você pensa que é?”.

Violência, criminalidade e cidadania

A situação atual na sociedade brasileira de uma crise na segurança pública – nos presídios, a violência crescente contra as forças de segurança do Estado (polícias, agentes penitenciários, guardas municipais etc.) e contra vários setores da população (mulheres, idosos, jovens, homossexuais) – fez com que a coletividade científica do país, representada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mais uma vez unisse esforços para discutir a proposição de temas de consenso e prioridades na área das políticas públicas, no campo da segurança pública, do controle social e do Estado Democrático de Direito.

Defendemos uma grande mobilização da população brasileira, visando à construção de uma “nova cultura cívica pela segurança pública cidadã”, que garanta uma vida segura, saudável e pacífica, envolvendo a participação social em todos os níveis de governo e das políticas públicas.

Propomos um novo significado para a segurança, uma segurança cidadã, o que significa uma forma de convivência social orientada pela tolerância, pela proteção social e pela eficiência policial frente ao crime; pela complementação de políticas sociais e políticas de segurança pública; pela preservação do direito à segurança dos cidadãos e cidadãs. Mas que, ao mesmo tempo, assegure a punição dos atos delitivos e possibilite a ressocialização daqueles que cometeram crimes, assim como o respeito ao direito das vítimas.

Torna-se imprescindível, portanto, enfatizar a urgência de se estimular uma mudança na cultura do controle social e se debater acerca do significado do delito, da punição e das penas privativas de liberdade. A prisão não pode, sob o risco do medo, da insegurança e da violência, ser vista como única saída para o controle da criminalidade. Existem inúmeros outros fatores envolvidos, como as origens sociais da violência, em termos dos efeitos da violência estrutural decorrente de políticas econômicas que produzem exclusão social. Reparar a ofensa à consciência coletiva implica a punição, mas devemos discutir as diferentes formas de pena, a fim de assegurar a reintegração social e evitar a reincidência, quebrando o ciclo perverso da criminalidade.

Queremos indicar medidas concretas de transformação do modelo de segurança pública do país. Entretanto, concluímos que elas só conseguirão efetividade se retomarmos, no campo das políticas públicas de segurança, a utopia, enquanto agilização da capacidade pública de imaginar alternativas acerca do controle social para além das práticas cotidianas que operam o Estado hoje.

Princípios Fundamentais de uma Segurança Cidadã

- A segurança pública como prioridade (imaginário, lugar, discurso, ação, orçamento e execução);
- Fundamentalidade dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito (universalidade e efetividade);
- Participação social em diferentes níveis de governo (conselhos, movimentos sociais, ONGs, associações, sindicatos);
- Simplificação da legislação penal, orientada pelo princípio de garantia dos direitos civis, políticos, sociais e de respeito à diferença;
- Formas de gestão que integrem as instituições de segurança pública e promovam a participação da sociedade no planejamento, controle e avaliação de ações;
- Valorizar a produção científica interdisciplinar voltada para análise e subsídios da segurança pública no Brasil;
- Priorização da redução dos crimes contra a vida;
- Ênfase nas políticas públicas de prevenção e repressão de violência contra grupos sociais vulneráveis associados a gênero, geração, raça/etnia ou orientação sexual, entre outros;

- Valorizar a escola como espaço central de socialização, buscando uma problematização da violência vivenciada pela juventude no sentido de construir uma nova cultura política orientada para a paz;
- Problematizar a ênfase que a opinião pública e membros do Poder Judiciário realizam no sentido de privilegiar as penas privativas de liberdade como solução imediatista do problema da criminalidade, enfatizando as punições alternativas, a fim de garantir a ordem democrática na sociedade brasileira;
- Evocar os meios de comunicação brasileiros no sentido de desenvolver análises científicas dos fenômenos da violência e da criminalidade, assim como de estimular conteúdos no sentido da mediação dos conflitos e da produção de uma cultura da não-violência orientada pela construção de uma sociedade da paz.

Reorganização e Gestão das Instituições de Justiça e Segurança

- Aumento da participação das mulheres nas polícias, inclusive no setor operacional;
- Dignificação dos profissionais de segurança pública como agentes de garantia de direitos e promoção da cidadania;
- Revisão da estrutura hierárquica, dos códigos de conduta e regulamentos disciplinares no intuito de valorizar a dignidade do trabalho policial;
- Melhoria das condições de vida e trabalho dos profissionais de segurança pública (salários, moradia, seguridade, saúde física e mental);
- Repressão qualificada ao crime organizado (inteligência e tecnologia);
- Reforma da educação nas escolas dos profissionais de segurança pública (programas de educação continuada em todos os níveis de formação, parcerias com universidades para a montagem e execução de cursos);
- Fortalecimento, autonomia, transparência e valorização processual das Perícias Técnicas, dos IMLs e dos ICs;
- Integração das polícias (AIISPs, Distritos, currículos e comunicação integrados);
- Valorização e autonomia dos mecanismos de controle interno e externo das agências de segurança (corregedorias, ouvidorias);

- Reformulação do conceito de missão policial, abrangendo a universalização das práticas de administração de conflitos, prevenção, investigação e repressão;
- Segurança comunitária (Polícia, Guardas Municipais, Bombeiros) pró-ativa e orientada a problemas, em contraposição aos modelos tradicionais meramente reativos e burocratizados;
- Valorizar ações que previnam e reprimam a violência no trânsito;
- Redução da letalidade das ações policiais, bem como da vitimização policial, mediante, entre outras estratégias, a capacitação no uso legal e progressivo da força e da arma de fogo;
- Incentivo ao uso de sistemas de informações de Justiça e Segurança Pública (cadastrais e estatísticos), inclusive do georreferenciamento, para o diagnóstico, avaliação e monitoramento de resultados em uma perspectiva operacional e gerencial;
- Institucionalização de publicações anuais de estatísticas de Justiça e Segurança pública (proposição de uma Lei de Estatísticas em Justiça e Segurança que garanta a transparência dos procedimentos metodológicos e das categorias adotadas);
- Realização periódica de pesquisas nacionais de vitimização.

Integração de Ações no Sistema de Justiça Criminal

- Desenvolver uma nova relação entre o Parlamento, o Judiciário e a sociedade, no sentido de que as mudanças e inovações de legislação sejam discutidas em amplo debate com a sociedade civil, mediante formas variadas, como, por exemplo, a realização de audiências públicas em várias unidades da federação;
- Promover ações articuladas entre o Poder Executivo, o Judiciário e o Ministério Público, com destaque para a reformulação da figura do inquérito policial, a fim de otimizar processualmente os resultados da investigação;
- Usar mecanismos alternativos de controle penal, como, por exemplo, novas modalidades de pena: prestação de serviços à comunidade, mudanças no instituto da suspensão condicional da pena, funcionamento dos Juizados Especiais Criminais (Jecrims) etc.
- Promover a redução do descompasso entre as investigações iniciadas e os processos concluídos;

- Medidas de acesso à Justiça e mediação e negociação dos conflitos sociais (valorização das defensorias públicas, assistência judiciária aos presos);
- Reduzir as desigualdades jurídicas (extinção de privilégios processuais, como prisão especial e foro privilegiado);
- Ampliar e articular os serviços de proteção às testemunhas e aos defensores dos direitos humanos e amparar as vítimas de violência;
- Garantir um ambiente seguro no sistema penitenciário (controle de acesso e movimentação, e criação de legislação e de tecnologias restritivas de comunicação dos detentos);
- Fomentar a celeridade da aplicação de medidas da Lei de Execução Penal;
- Realizar periodicamente estudos e censos penitenciários como insumos de planejamento e gestão de ações;
- Articular serviços de inteligência do sistema penitenciário com as demais agências de segurança pública;
- Incentivar a prestação de contas articulada das instituições de justiça criminal;
- Aplicar e respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS/ALAS)

Coordenador do Simpósio 'Violência, criminalidade e cidadania'

58ª Reunião Anual da SBPC

S O C I O L O G I A

Sistema de troca de dádivas
produz alianças e está
na base da vida social

Dom e reciprocidade

O Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca em sociedades arcaicas, de 1924, do sociólogo francês Marcel Mauss (1872-1950), foi o ponto de partida para que pesquisadores discutissem sobre Estado, tributos, mercado, esfera econômica e direitos humanos no simpósio 'Dom e reciprocidade nas políticas públicas', na 58ª Reunião Anual da SBPC.

Mauss analisou sistemas de troca nas sociedades e como eles constroem as relações entre os indivíduos. O antropólogo Marcos Lanna, da Universidade Federal de São Carlos (SP), destacou as três obrigações interligadas na tese de Mauss: dar, receber e retribuir o dom, que pode ser material ou imaterial. "No ato da troca, há inalienabilidade, no sentido de que as pessoas vão com as coisas que passam, a ponto de não ficar claro quem é o sujeito, quem é o objeto da troca; se é a pessoa que vai com a coisa ou vice-versa", explicou Lanna.

A sociedade é circulação, para Mauss, pois demonstra que parte de tudo aquilo que passa fica. Cada objeto pode ser mais ou menos alienável, e cada troca pode transferir mais ou menos direitos e significar, em cada caso, maior ou menor superioridade do doador em relação ao receptor.

"No ensaio sobre a dádiva, Mauss cunha a noção de fato social total, mostrando o caráter integrado dos aspectos econômicos, políticos, religiosos, lúdicos, estéticos (entre outros) da vida social, assim como a inter-relação entre história, sociologia e a dimensão físico-psicológica", descreveu Lanna.

Estado e mercado

Uma questão implícita no *Ensaio sobre a dívida* é a da possibilidade de uma nova sociedade. A proposta de Mauss é a de uma convivência entre Estado e mercado, na qual o mercado não destrua o Estado. “Ao contrário, a convivência deve ocorrer de tal forma que o Estado englobe o mercado”, disse Lanna. Mauss demonstra ainda que tanto o Estado quanto o mercado são transformações lógicas e históricas do que ele chama de “dom”, entendido como forma elementar da vida social. Do dom se desenvolve lógica e historicamente a mercadoria, forma fundamental não de toda a vida social, mas da capitalista. “A mercadoria seria menos elementar ou universal que o dom, pois este funda toda a vida social, e a mercadoria o capitalismo”, concluiu.

De acordo com Lanna, também o Estado não seria uma instituição universal; se constituiria a partir de uma forma de dom, os tributos. “Podemos, assim, em uma perspectiva maussiana, definir a figura do Estado pela prerrogativa de tributar. Em resumo, tributo e mercadoria são formas passíveis de dom, transformações lógicas e históricas da dívida, manifestações institucionais, concretas e particulares de um princípio abstrato universal”, afirmou.

Trocas econômicas

A socióloga Cécile Raud Mattedi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), falou sobre reciprocidade na esfera econômica e sua interligação com o mercado. Segundo ela, hoje as redes sociais são vistas como estruturas fundamentais dos mercados e o lugar por excelência onde a reciprocidade pode ser exercida.

Em seu *Ensaio sobre a dívida*, Mauss abordou a questão da reciprocidade e observou a presença constante de um sistema de reciprocidade em todas as sociedades humanas. “Portanto, o sistema de dívidas enraíza as trocas econômicas nas relações sociais e participa da manutenção da coesão social”, explicou

“O Estado não é uma instituição universal; se constitui a partir de uma forma de dom, os tributos. Podemos, assim, definir a figura do Estado pela prerrogativa de tributar. Em resumo, tributo e mercadoria são formas passíveis de dom, transformações lógicas e históricas da dívida, manifestações institucionais, concretas e particulares de um princípio abstrato universal.”

Marcos Lanna
Antropólogo da Universidade
Federal de São Carlos

Mattedi. A socióloga discutiu a tripla obrigação de dar, receber e retribuir: “Por que se dá? Por que é preciso aceitar os presentes? Por que não se pode deixar de retribuí-los?”.

Segundo ela, há, por um lado, a interpretação formalista de que há obrigação e interesse econômico. Os investimentos materiais têm em vista um proveito social, como prestígio ou poder. Por outro lado, há a interpretação “indígena”, na qual o que obriga a retribuição é “o espírito da coisa dada”. Para Mauss, a obrigação de retribuir é a mais intrigante das três. “Certos bens nunca deixam de pertencer a seus detentores iniciais, são bens inalienáveis. Por isso Mauss afirma que é preciso retribuir ao outro aquilo que é, na realidade, parcela de sua natureza e substância”, afirmou a socióloga.

Entretanto, as idéias de Mauss não ficaram livres de críticas. O antropólogo francês Alain Testart (1945-) criticou Mauss por não separar dádiva e troca não mercantil.

“O sistema de dádivas enraíza as trocas econômicas nas relações sociais e participa da manutenção da coesão social.”

Cécile Raud Mattedi
Socióloga da Universidade
Federal de Santa Catarina

A categoria da troca foi subdividida por Testart em dádiva, troca mercantil e troca não mercantil. Dádiva é cessão de um bem que implica renúncia de qualquer direito sobre o bem, ou contrapartida. Na troca mercantil, os parceiros não precisam manter entre si relação social além da troca, predominando a questão do valor, enquanto a troca não mercantil só pode ocorrer em um quadro de relações pessoais anteriores. Mattedi considera essa distinção útil para se pensar nas relações econômicas modernas.

Reciprocidade e mercado

A questão da dádiva foi retomada pelo filósofo húngaro Karl Polanyi (1886-1964), em *A grande transformação*, publicada em 1944. “Nessa obra, o pensador considera a reciprocidade como um dos princípios de regulação das atividades de produção e distribuição de bens e serviços, ao lado da economia doméstica (de subsistência), da redistribuição e da troca mercantil”, contou a socióloga da UFSC.

Polanyi criou o conceito de *embeddedness* (encaixe), segundo o qual as relações econômicas estão *encaixadas* nos sistemas sociais. Para o pensador, a reciprocidade predomina nas economias primitivas, em que bens e serviços são trocados segundo normas sociais. Já na troca mercantil, que se tornou predominante na sociedade moderna, a produção e o consumo dependem do preço, fixado de acordo com a lei da oferta e procura. Nessa troca, diferentes unidades econômicas estão integradas pelo funcionamento

de uma instituição separada (*disembedded*) das outras relações sociais (políticas, religiosas ou de parentesco). Já a redistribuição caracteriza as sociedades antigas: de castas ou estratos sociais, submetidas a um Estado que centraliza uma parte dos recursos oriundos de tributos para redistribuí-los aos membros da sociedade.

De acordo com a socióloga, durante a maior parte da história da humanidade, os sistemas econômicos se organizaram a partir de uma combinação entre os princípios da economia doméstica, da reciprocidade e da redistribuição. Com o fim do feudalismo na Europa ocidental, emergiu a economia regulada pelo mercado. A busca do lucro veio substituir a busca da subsistência e se tornou importante com a afirmação do capitalismo. “O sistema capitalista exige a presença de condições institucionais específicas, como a propriedade privada dos meios de produção – capital, terra, trabalho. Só nesse quadro é que se pode falar de motivações utilitaristas da ação econômica, que não são naturais, mas resultantes de instituições particulares”, relatou Mattedi.

“O sistema capitalista exige a presença de condições institucionais específicas, como a propriedade privada dos meios de produção – capital, terra, trabalho. Só nesse quadro é que se pode falar de motivações utilitaristas da ação econômica, que não são naturais, mas resultantes de instituições particulares.”

Cécile Raud Mattedi
Socióloga da Universidade
Federal de Santa Catarina

Ação econômica situada socialmente

Em um texto de 1985, *Economic action and social structure. The problem of embeddedness*, pioneiro da chamada ‘nova sociologia econômica’, o sociólogo norte-americano Mark Granovetter retomou a noção de *embeddedness*, defendendo a idéia de inserção da economia nas instituições sociais. “Isso significa que os indivíduos não agem de modo autônomo, mas que suas ações se inserem em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, ou seja, em redes sociais”, destacou Mattedi. Mas Granovetter rejeitou a diferenciação de Polanyi entre sociedades tradicionais, com economia inserida, e sociedade moderna, com economia autônoma.

Um estudo de Granovetter sobre o mercado de trabalho demonstrou que as redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas. “Desde então, análises recentes no quadro da nova sociologia

econômica empenham-se em mostrar que muitas ações econômicas modernas estão inseridas em redes de relações sociais, ou seja, que mercado e reciprocidade continuam interligados ainda hoje”, apontou a pesquisadora da UFSC.

Tais análises confirmam estudos sobre experiências atípicas de industrialização nas décadas de 1960 e 1970, inicialmente na Itália, que revelaram a eficiência econômica de redes de pequenas empresas localizadas no mesmo território e especializadas em um mesmo setor. Para a socióloga, essas noções evidenciam a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre os atores sociais para valorizar as riquezas disponíveis. “Nesse quadro, as relações econômicas não são regidas por uma lógica mercantil pura; estão enraizadas em redes sociais e se caracterizam ao mesmo tempo pela cooperação e pela competição”, afirmou.

Arranjos produtivos locais

Mattedi destacou o processo de reterritorialização das atividades econômicas e o crescimento das políticas industriais locais. Ela explicou que a passagem de uma lógica de setor a uma lógica de território pretende suscitar ou incrementar a cooperação entre os diversos atores locais. “O objetivo dessas políticas é articular melhor as empresas com seu ambiente, com outras empresas e centros de ensino ou administração pública”, disse. No Brasil, a instituição de um grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais, composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais, é um exemplo dessa lógica.

A socióloga destacou que os autores da nova sociologia econômica redescobriram no fenômeno do mercado o que Mauss identificou no fenômeno do dom, ou seja, que não faz sentido distinguir entre egoísmo e altruísmo. Ela concluiu que mais do que reconhecer que o mercado seria uma transformação lógica e histórica do dom, esses autores apontam para a interpenetração entre reciprocidade e mercado.

Reciprocidade e direitos humanos

A socióloga Flávia de Mattos Motta, da UFSC, fez pesquisas entre os chamados ‘nativos’ de Florianópolis (designação que distingue os que nasceram na cidade daqueles identificados como ‘pessoal de fora’). A discussão teórica dessa pesquisa se desenvolveu em dois eixos: gênero e reciprocidade. “Analisando gênero, família e relações entre nativos e pessoal de fora, procuramos demonstrar que, no contexto estudado, gênero está englobado no princípio de reciprocidade que ordena as relações sociais.”

Motta contou que durante sua pesquisa um rapaz de 19 anos foi preso por ter estuprado violentamente uma turista que voltava da praia. Ele a atacou, espancou-a, estuprou-a, roubou seu relógio e a deixou sem sentidos na areia. A socióloga disse que assim que soube do crime, enquanto tentava assimilar a transformação do rapaz em estuprador, lhe veio à mente a história do capitão Cook (o navegador inglês James Cook, morto em 1779 em confronto com nativos do Havaí por não saber observar as regras de reciprocidade dos havaianos), que se tornou uma espécie de paradigma na antropologia, especialmente para a discussão da reciprocidade. “Será que quando os ‘nativos’ não matam o capitão Cook, eles estupram suas filhas?”, questionou Motta.

Como qualquer caso de estupro, esse é um caso de dominação masculina. Entretanto, para Motta, o fato permite refletir sobre outras dominações além das de gênero. “Quando um nativo excluído, pobre e negro violenta uma turista branca pertencente a uma classe que representa tudo o que o primeiro não tem acesso, o problema extrapola as relações pessoais, autorizando-nos a refletir sobre o que nele há de simbólico”, observou Motta. Ela ressaltou que essa linha de análise não pretende obliterar análises de gênero – sobretudo as relações de poder e a violência contra a mulher como parte das relações de dominação –, mas quer demonstrar o que esse crime revela a respeito das consequências da exclusão social conhecida pelas camadas pobres de Florianópolis, incluindo ‘nativos’.

Motta destacou que a troca não implica necessariamente igualdade entre os que trocam. “A troca pode ser violentamente extorquida se não é aceita de comum acordo ou se uma das partes se sente permanentemente lesada”, completou. Ela sugeriu que o que faz com que a dívida se transmute em violência é a lógica da reciprocidade que rege as relações sociais em dado contexto. “Se considerarmos que o homem inventou a dívida como alternativa à guerra ou à violência, parece lógico supor que a quebra da dívida, da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, conduza à guerra ou à violência”, afirmou.

“Quando um nativo excluído, pobre e negro violenta uma turista branca pertencente a uma classe que representa tudo o que o primeiro não tem acesso, o problema extrapola as relações pessoais, autorizando-nos a refletir sobre o que nele há de simbólico.”

Flávia de Mattos Motta
Socióloga da Universidade
Federal de Santa Catarina

Dádiva e violência são dois estados diferentes, mas, com base em sua pesquisa, a socióloga considera que ambos são regidos pela lógica da reciprocidade. “Então, importa menos decidir se violência é dádiva do que constatar que, como a dádiva, a violência – ao menos em certos contextos, como o campo que pesquisamos assinala – responde à lógica da reciprocidade, ou seja, obedece ao sistema dar-receber-retribuir”, disse Motta. Mas, para ela, esse caso de estupro, mesmo visto pela lógica da reciprocidade, não encerra o “ciclo da dádiva”. Ao contrário, ele exige um contradom. Ela chegou a tal conclusão a partir de depoimentos de conhecidos do jovem estuprador, que disseram que ele devia pagar pelo crime tanto com reclusão, conforme determinou o juiz, quanto com sujeição ao mesmo suplício de sua vítima, de acordo com o código informal dos apenados por crimes de estupro.

Na opinião de Motta, esse caso dá visibilidade a determinada dimensão das relações entre nativos e estrangeiros no cenário paradisíaco das praias de Florianópolis: a dimensão violenta dessas relações, que envolvem aspectos de raça, cultura, classe e gênero. “A partir daí se descortinam elementos comuns a estudos que se detêm sobre a sociedade brasileira de classes: exclusão, direitos humanos, violência, raça e educação.” A socióloga acredita que, em casos como o que apresentou, é preciso deixar de lado aspectos mais aparentes e investir em uma análise mais arriscada (mas não menos instigante), que leve em conta questões simbólicas.

Utopia: desencanto, morte e ressurreição

A idéia de utopia carrega atualmente o peso do desencanto da sociedade. Costuma-se dizer que essa visão de mundo terminou ou foi traída. Mas, em vez de repetir essa posição como um lugar-comum, torna-se mais importante questionar o que é a utopia. Partindo dessa premissa, a filósofa Marilena Chauí, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, falou, na conferência plenária 'Utopia', sobre o surgimento, a evolução e as características desse conceito e sua presença – assim como a de uma antiutopia – em diferentes obras literárias. Diante dessas reflexões, ela concluiu que a utopia não morreu, por se tratar de um projeto de vida. Na verdade, estaríamos assistindo a um resgate da utopia.

Segundo Chauí, a palavra utopia nasceu como gênero literário e como discurso político. A filósofa da USP listou três aspectos curiosos sobre esse conceito. O primeiro diz respeito ao seu surgimento: ele foi inventado no século 16 pelo inglês Thomas More (1478-1535), autor da obra *Utopia* (1516), que descreve uma ilha-reino imaginária, a qual alguns acadêmicos modernos interpretaram como uma sátira e outros como o oposto idealizado da Europa no tempo de More. O segundo está associado ao sentido da palavra: em grego, *topos* significa lugar e *utopos* seria o não lugar ou lugar nenhum. O próprio More disse, em carta, que se tratava de um prefixo negativo. "*Utopos* seria a descoberta ou a invenção do outro, a alteridade absoluta", explicou a filósofa. Mas ela afirmou que o sentido

positivo da palavra naturalmente se acrescenta ao negativo. “A utopia passa a significar, então, lugar nenhum e lugar feliz.”

O terceiro aspecto curioso destacado por Chauí sobre a palavra utopia é o seu fim. Ela contou que o intelectual alemão Karl Marx (1818-1883), um dos fundadores do marxismo, criticava as utopias e recusava o socialismo utópico. “Justamente por isso é curioso que ele hoje seja interpretado como utopia”, comentou. Segundo a pesquisadora, é possível que a própria definição de utopia implique esses três aspectos mencionados por ela: seu surgimento como um conceito negativo, o próprio sentido etimológico da palavra e a agregação de sentidos positivos.

“Ao afirmar a perfeição do outro, a utopia propõe a negação da sociedade existente, uma ruptura completa. A utopia pode ser uma visão de sociedade futura, construída a partir da supressão dos elementos negativos e do desenvolvimento dos aspectos positivos da sociedade vigente.”

Marilena Chauí
Filósofa da Universidade
de São Paulo

A filósofa explicou que a utopia, ao afirmar a perfeição do outro, propõe a negação da sociedade existente, ou seja, uma ruptura completa. E acrescentou: “A utopia pode ser uma visão de sociedade futura, construída a partir da supressão dos elementos negativos e do desenvolvimento dos aspectos positivos da sociedade vigente, como no caso das utopias francesas”. Nesse caso, o *utopos* se caracterizaria como o lugar perfeito, o lugar feliz.

Chauí apresentou algumas características da utopia, como o fato de ser normativa. “Ela propõe um mundo como deve ser, em oposição ao que é”, explicou. Esse conceito é sempre totalizante e crítico do que já existe, seja a forma como se apresentam as instituições ou a família, seja a sexualidade ou a educação. “É a recriação do mundo.” De acordo com a filósofa, a utopia vê o presente sob o ponto de vista da angústia provocada pela crise, pela corrupção, pelo pauperismo, pela fome e por outras carências. “O presente é

percebido como violência”, concluiu.

A pesquisadora disse que a utopia é radical e que é uma maneira peculiar de expressão da imaginação social. “Essa visão descreve tudo nos mínimos detalhes e busca combinar o irrealismo com o realismo”, completou, ressaltando que a transparência é o princípio fundamental da sociedade. Ela destacou que a utopia constitui um discurso com novas fronteiras, um discurso interdisciplinar, que atinge a literatura, a arquitetura, a

ciência, a política etc. Esse discurso não seria um programa de ação, mas sim um exercício da imaginação. Segundo Chauí, a finalidade da utopia é abolir o curso do tempo, é o fim da história. E acrescentou: “O utopista é um revolucionário consciente do caráter utópico de suas idéias. Por isso, ninguém pode trair a utopia; ela não é um programa de ação, é uma visão antecipadora”. Por outro lado, a filósofa enfatizou que o discurso utópico pode inspirar a implementação de ações.

Chauí contou que o discurso utópico nasceu na época da Renascença. Nesse período vigorava a idéia de que Deus teria dado ao homem, além de todas as outras qualidades do cosmos, a razão e a vontade, dois elementos pertencentes apenas à divindade. Por isso, o homem poderia modificar a realidade e ser senhor de si.

Em busca da cidade feliz e justa

Segundo a filósofa, as utopias costumam ser viagens imaginárias a lugares desconhecidos. “A utopia é a busca da cidade feliz ou justa pela efetivação da lei”, afirmou. Dessa forma, o conceito instaura a identificação de cada indivíduo com a lei. Ela explicou que a cidade ideal é comunitária. A família, a propriedade privada e o capital desaparecem. “Cada um recebe de acordo com sua necessidade, e o casamento é baseado na manutenção do amor.” Em relação à arquitetura e à organização dessa cidade ideal, Chauí disse que o lugar do poder é demarcado, tem localização central e é diferente das habitações. Nessa sociedade, evita-se o individualismo: no lugar de livros e bibliotecas, há reuniões e conversas.

A pesquisadora comparou essa cidade ideal à ‘Nova Atlântida’, descrita pelo filósofo e político inglês Francis Bacon (1561-1626) em obra de mesmo nome. Essa é uma sociedade harmônica, feliz e próspera, e seus cidadãos são todos cientistas. “Nessa cidade, a verdade revelada vem depois da ciência e tem menos valor”, explicou. Além disso, o jovem cientista é educado para superar seu mestre. “A Nova Atlântida é a utopia para o progresso da ciência”, enfatizou, acrescentando que

“As utopias costumam ser viagens imaginárias a lugares desconhecidos.

A utopia é a busca da cidade feliz ou justa pela efetivação da lei.

Dessa forma, o conceito instaura a identificação de cada indivíduo com a lei.

A cidade ideal é comunitária. A família, a propriedade privada e o capital desaparecem.”

Marilena Chauí
Filósofa da Universidade de São Paulo

a ciência só existe se os discípulos realizarem mais que seus mestres. A Nova Atlântida seria produto das pesquisas realizadas em todos os campos do saber.

Nessa sociedade, há a aproximação entre ciência e utopia. A tecnologia passa a fazer parte da cidade e as doenças são vencidas. O experimento é encarado como um tormento à natureza para que ela mostre seus segredos. Bacon acreditava que, ao conhecer a natureza, seria possível criar novas naturezas, e não controlá-la. “Com a Nova Atlântida, o racionalismo científico passa a integrar o discurso utópico”, disse Chauí. “Essa visão da utopia dá origem à ficção científica, com o lançamento da primeira obra do escritor francês Júlio Verne [1828-1905].”

“As teorias que defendem que o discurso utópico morreu não estão corretas. A utopia não pode morrer ou ser traída, porque não se trata de um programa de ação, mas sim de um projeto de vida.”

Marilena Chauí
Filósofa da Universidade
de São Paulo

Segundo Chauí, no século 19, a utopia passa de jogo intelectual a projeto político. “Ela deixa de ser uma obra literária para se tornar um movimento organizado e começa a ser encarada como um perigo real”, ressaltou. Nessa época, houve o embate de duas críticas à utopia: a marxista e a conservadora. A crítica marxista defendia que só seria aceitável a utopia que negasse a sociedade atual e pregasse uma nova. Essa visão estava consolidada no chamado socialismo científico, segundo o qual seria impossível uma utopia sem ruptura. Já a crítica conservadora se limitava a argumentar que seria impossível desejar o fim da propriedade privada. Nesse sentido, a filósofa questionou: “É possível realizar utopias?” E respondeu afirmando que os utopistas deslocam a fronteira do que os contemporâneos julgam possível.

A pesquisadora chamou a atenção para o aparecimento de uma utopia negativa – a ‘distopia’. Ela identificou essa tendência a uma antiutopia na sociedade totalitária (caracterizada pelo terror) descrita na obra *1984*, publicada em 1948 por George Orwell, no controle da sexualidade presente em *Admirável mundo novo*, livro escrito por Aldous Huxley e publicado em 1932, e no controle pela destruição do pensamento e das artes apresentado em *Fahrenheit 451*, obra escrita por Ray Douglas Bradbury em 1953. “Nessas três obras, a realidade é negada pelo poder totalitário”, explicou.

Chauí traçou um paralelo entre essas obras e o primeiro filme da trilogia *Matrix*. Segundo ela, nesse filme renasce a idéia de ‘distopia’. A história é construída com um

conjunto de elementos que pertencem à mitologia grega e descreve uma sociedade totalitária. No entanto, há uma diferença entre *Matrix* e as 'distopias' anteriores: em vez da negação da realidade, em *Matrix* a noção de realidade desaparece; existe um conflito entre real e virtual, essência e aparência. "*Matrix* coloca para nós a impossibilidade de descobrir o verdadeiro sentido das coisas", analisou a filósofa. Mas ela acrescentou que no filme também está presente a concepção de utopia, expressa pela cidade construída fora da *Matrix*, ou seja, do mundo virtual. "Essa cidade tem todas as características da utopia: é circular, está perdida e nela não existe a propriedade privada", argumentou.

Diante dessa análise, Chauí concluiu que as teorias que defendem que o discurso utópico morreu não estão corretas. "A utopia não pode morrer ou ser traída, porque não se trata de um programa de ação, mas sim de um projeto de vida", esclareceu. E completou: "Além disso, está havendo um resgate da utopia".

CIÊNCIAS SOCIAIS

Desafio de efetivar equiparação de direitos entre mulheres e homens é enfim enfrentado

Em direção à igualdade de gêneros

O pleno desenvolvimento do país depende da efetivação dos direitos de homens e mulheres na mesma medida. O caminho para conseguir reduzir essa desigualdade entre os gêneros ainda é longo, mas já existem iniciativas nesse sentido. Na conferência 'A construção da igualdade de gênero e políticas públicas', a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, falou sobre o que tem sido feito no Brasil para diminuir o enorme fosso entre homens e mulheres e apontou os grandes desafios dessa luta.

A ministra apresentou dados sobre a situação da mulher no país, com base na Síntese de Indicadores Sociais de 2005, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 e nos censos demográficos de 1991 e 2000. Segundo esses levantamentos, as mulheres são maioria na população: em 2004 representavam 51,2%, totalizando 89 milhões. Destas, 46% eram pretas e pardas e 85,4% viviam em áreas urbanas. As mulheres em idade reprodutiva (entre 15 e 49 anos) somavam 49,1% da população. A expectativa de vida das mulheres é maior, devido a fatores biológicos, mas essa diferença tende a diminuir por causa de fatores externos que estão aparecendo, como o tabagismo. Entre a população economicamente ativa do Brasil, as mulheres totalizam 42,7%, sendo que 43,7% delas vivem na área urbana e 37,8% na rural.

Apesar da forte presença da mulher na sociedade, Freire destacou um flagrante de desigualdade: o enorme fosso

existente entre o salário pago por hora a um homem branco e o pago a uma mulher negra. Ela acrescentou que a diferença salarial entre homens e mulheres com até três anos de estudo é menor do que a diferença na camada da população que estudou 11 anos ou mais. Em relação à exclusão digital, ela é mais acentuada entre mulheres do que entre homens. A ministra ressaltou que a situação não é igual para todas as mulheres: “Somos diversas entre nós. Não é exatamente a mesma coisa ser branca ou negra”.

Freire destacou a preocupação de incluir de maneira cidadã as mulheres no desenvolvimento social e econômico do país e fazê-las participar do ponto de vista político. Ela citou a luta do movimento feminista, que vem traçando estratégias de reconhecimento dos direitos das mulheres. Entre as ações promovidas, ela enfatizou a saída do lar para a ocupação do espaço público, o discurso do domínio sobre o próprio corpo e as decisões a ele referentes e a conquista da educação como meio para influenciar política e ideologicamente a sociedade.

Segundo a ministra, como consequência dessas iniciativas, estabeleceu-se o ciclo de conferências sociais da Organização das Nações Unidas, que constituiu uma agenda em prol das mulheres de diferentes países. “Na Conferência de Viena, os direitos das mulheres foram incluídos no rol de direitos humanos; em Pequim, o debate ultrapassou os direitos econômicos e sociais e tratou de reprodução e racismo; e, em Belém, a discussão avançou para o direito à vida sem violência no espaço público e privado”, avaliou. “Agora essa pauta precisa conquistar cada vez mais espaços políticos e institucionais, para se transformar em ações que possam mudar a realidade das mulheres brasileiras.” Ela citou alguns exemplos dessa progressiva conquista, como a criação das delegacias da mulher e, mais recentemente, das secretarias de políticas para mulheres no âmbito municipal.

No entanto, Freire reforçou que o desafio de transformar as políticas em práticas cotidianas para beneficiar as mulheres continua. “Primeiro devemos fazer com que a sociedade e os governos compreendam que a questão existe e precisa ser tratada.” Para acabar com a desigualdade entre os gêneros, ela disse que é preciso agir de forma positiva em relação à inserção, dirigindo políticas específicas para mulheres. “Para não perpetuar

“Temos um flagrante de desigualdade na sociedade brasileira: um enorme fosso existente entre o salário pago por hora a um homem branco e o pago a uma mulher negra.”

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

a diferença, as políticas públicas devem incorporar a questão da igualdade”, defendeu. “Deve ser levado em conta o impacto diferenciado de cada ação pública sobre a vida de homens e mulheres, por exemplo, demarcando espaços com maior carência de iluminação pública por causa de ataques a mulheres.”

Ações afirmativas para mulheres

A ministra disse que a primeira ação afirmativa do governo para promover a igualdade de gêneros foi a criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Segundo ela, o primeiro passo, antes de estabelecer um plano de ação, foi verificar as demandas das mulheres. Freire disse que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres se orienta por diversos princípios, entre eles: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia

“Participação e controle social são essenciais para que as políticas sejam implantadas e homens e mulheres possam competir em condições de igualdade.”

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

das mulheres, Estado laico, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos e participação e controle social. E destacou: “Participação e controle social são essenciais para que as políticas sejam implantadas e homens e mulheres possam competir em condições de igualdade”.

Freire explicou que o Plano Nacional é pautado a partir de grandes eixos temáticos. O primeiro busca promover autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania. Para alcançar esse objetivo, prevê o estabelecimento de políticas de ação afirmativa que assegurem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, a ampliação da inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar e a luta pelo

direito à vida na cidade, com qualidade e acesso a bens e serviços.

Segundo a ministra, a participação das mulheres na economia vem crescendo desde 1996. “Entre 1991 e 2000, houve um aumento no número de domicílios chefiados permanentemente por mulheres e essa tendência se mantém”, disse. Ela identificou outra diferença na organização familiar: nas famílias chefiadas por homens, há sempre a presença do casal; já nas chefiadas por mulheres, a existência de arranjos familiares diferenciados é maior. “Quando o chefe é homem, 94,7% têm cônjuge; quando o chefe é mulher, 85,2% não têm cônjuge; quer dizer, ou ela vive só ou em um arranjo não tradicional.”

Freire chamou a atenção para outro aspecto: a proporção de mulheres em cargos

de direção, que hoje soma apenas 3,9%. A exceção entre as unidades de federação brasileiras é o Distrito Federal, com 8%, fato que se deve à presença maior do serviço público. “Estamos tentando dar conta dessa realidade com o Plano Nacional”, enfatizou a ministra. Segundo ela, no meio rural, por exemplo, as mulheres não podiam sequer tomar empréstimos. Hoje, nos procedimentos da reforma agrária, a titulação da terra é obrigatoriamente conjunta entre o homem e a mulher. Além disso, o governo criou uma linha de crédito específica para mulheres. “Chegamos a 322 mil mulheres beneficiadas”, disse. Para que esses benefícios atingissem um número maior de pessoas, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, já que cerca de 6 milhões de pessoas não têm documento algum.

Outras iniciativas do governo foram destacadas, como a campanha pela valorização do trabalho doméstico e o Programa Pró-equidade de Gênero, que instituiu um selo para empresas que implementem ações em prol da igualdade entre homens e mulheres.

O segundo eixo temático do Plano Nacional tem como foco a educação inclusiva e não sexista. Nesse setor, os esforços estão voltados para o conteúdo do processo educacional. Os principais objetivos são: incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal; garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia; promover o acesso de mulheres jovens e adultas à educação básica; dar visibilidade à contribuição das mulheres na construção da história da humanidade; e combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e na comunicação.

Entre as ações já implementadas, Freire citou o Programa Gênero e Diversidade na Escola, um trabalho desenvolvido com os professores para que eles possam discutir em sala de aula questões de discriminação racial e sexual sem reproduzir estereótipos. “Em relação ao acesso, só há problemas para mulheres acima de 45 anos, que fazem parte dos chamados bolsões de analfabetismo”, contou, lembrando que foi criado um programa de alfabetização de mulheres adultas.

A ministra falou sobre um problema que considera cultural: em relação à proporção da população ocupada que cuida de afazeres domésticos, as mulheres representam uma porcentagem maior em todas as unidades da federação. Diante desses dados, o governo criou programas para ampliar o número de vagas em creches, incluindo também a pré-escola.

Para tratar da questão da participação feminina na comunidade científica, foi criado um programa voltado para a mulher e a ciência. O objetivo é discutir a própria trajetória

das mulheres no mundo acadêmico e incentivar estudos de gênero no país. “Agora estamos tentando aumentar os recursos destinados a essas pesquisas no edital do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]”, afirmou a ministra.

Promoção da saúde feminina

O terceiro eixo temático do Plano Nacional abrange a saúde das mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos. As metas nessa área são: promover a melhoria da saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação

“O desafio de desconstruir a desigualdade é grande, pois ainda estamos longe de ter uma situação ideal. Mas existe um caminho. Ter uma platéia cheia – inclusive com a presença de homens – faz a gente acreditar que é possível.”

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial
de Políticas para Mulheres

da saúde em todo o território nacional; garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; contribuir para a redução da mortalidade feminina no Brasil em todas as faixas etárias e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie; e ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS).

A ministra enfatizou a necessidade de se perseguir cotidianamente a melhora da atenção à saúde da mulher pelo SUS. “Muitas mulheres nunca fizeram um exame de mama”, alertou, chamando a atenção para a importância do acesso à informação. Ela destacou também a criação de um programa, lançado recentemente, de atenção à saúde da mulher negra, já que há doenças que atingem mais os negros.

Com relação aos direitos reprodutivos, Freire disse que o Ministério da Saúde assumiu a compra de contraceptivos para serem distribuídos nos municípios brasileiros. Segundo ela, havia alguns problemas nesse setor, devido a questões culturais, pois algumas câmaras municipais tinham votado pela proibição da distribuição da pílula do dia seguinte. “A decisão do método anticoncepcional a ser adotado é do casal e todas as opções devem estar disponíveis.” A ministra fez um alerta com relação à feminilização da Aids, ressaltando que ainda falta muito para a doença se estabilizar entre as mulheres monogâmicas, pois elas não têm poder para exigir controle. “Enquanto a política de prevenção valorizar a abstinência e a fidelidade, as coisas continuarão difíceis.”

O quarto e último eixo temático do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres enfoca o enfrentamento da violência contra a mulher. Seus objetivos são implementar ações em nível nacional para dar atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, reduzir os índices de violência contra as mulheres e garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Freire citou algumas políticas já implantadas nessa área, como a ampliação da rede de serviços (casas, abrigos, delegacias) para mulheres vítimas de violência e a capacitação de profissionais para lidar com os envolvidos nessas situações. Outra medida foi a criação da central de atendimento à mulher, que recebe denúncias de violência, racismo, homo e lesbofobia e assédio sexual, dá informações às vítimas e encaminha para o atendimento necessário. A ministra destacou ainda o projeto de lei 4.559, de 2005, aprovado no início de julho pelo Congresso Nacional, que trata da violência contra a mulher. O projeto prevê medidas de prevenção e proteção às vítimas de violência e penas para os agressores – proibindo as transações penais, que substituíam a prisão pelo pagamento de cestas básicas. De acordo com Freire, o projeto seria sancionado em agosto pelo Presidente da República.

A palestrante admitiu que o desafio de desconstruir a desigualdade é grande, pois ainda estamos longe de ter uma situação ideal. Mas ela ressaltou que existe um caminho. “Ter uma platéia cheia – inclusive com a presença de homens – faz a gente acreditar que é possível”, desabafou. E concluiu: “Só será possível este país se inserir como uma das grandes economias do mundo, com justiça social e sem ser o campeão da desigualdade, se as mulheres puderem exercer plenamente seus direitos”.

Ao final da conferência, foi sugerido, com a aprovação da ministra, que a SBPC apresentasse uma moção em favor da maior participação das mulheres nos comitês assessores do CNPq.

ARQUEOLOGIA

Falta de recursos e descaso do governo põem em risco patrimônio cultural brasileiro

Passado rico, presente pobre

Na cerimônia de abertura da 58ª Reunião Anual da SBPC, em Florianópolis, o presidente da entidade, o físico Ennio Candotti, reclamou mais incentivos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Em seu discurso, Candotti chamou a atenção para o trabalho da arqueóloga Niède Guidon – presidente da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm) e co-administradora do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí –, que sofreu ameaça de interrupção por falta de apoio financeiro. À frente da fundação, a arqueóloga comanda vários projetos voltados para a preservação do meio ambiente, para a exploração de sítios arqueológicos e para o desenvolvimento do sertão nordestino. Na conferência 'Patrimônio cultural da serra da Capivara e desenvolvimento socioeconômico no Nordeste', realizada durante a reunião da SBPC, Guidon falou sobre as atividades da fundação e criticou o descaso do governo diante das riquezas naturais, do patrimônio histórico e das carências da população.

O Parque Nacional da Serra da Capivara está localizado na porção sudeste do Piauí (entre os municípios de Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, João Costa e Brejo do Piauí), a 530 km da capital do estado, Teresina. Em uma área de 130 mil hectares, o parque concentra o maior número de sítios arqueológicos do país (cerca de 360, a maior parte com registros rupestres), o que lhe rendeu o título de patrimônio cultural da humanidade, conferido pela Unesco em 1991. Única unidade

de conservação nacional criada para proteger o bioma caatinga, o parque fica na fronteira de duas formações geológicas: a bacia sedimentar Maranhão-Piauí e a depressão periférica do rio São Francisco. Várias paisagens naturais – serras, vales e planícies – compõem a região, que também abriga fauna e flora específicas.

A idéia de criar o parque surgiu no início da década de 1970, quando uma equipe científica franco-brasileira explorou a região e constatou a urgência de proteger os achados históricos e as áreas primárias da caatinga. Em 1979, o governo federal oficializou a unidade de conservação, mas por muito tempo a proteção não saiu do papel. “A ação dos posseiros, o desmatamento e a caça ilegal continuaram na área”, disse Guidon, que criou a Fumdham em 1986. Organização civil de utilidade pública, a fundação pode captar recursos federais e investir em programas de preservação e atividades voltadas para a população local.

Desde 2004, no entanto, reclamou Guidon, a fundação não recebe os R\$ 400 mil mensais necessários à manutenção do parque. A preservação dos sítios arqueológicos funciona em sistema de parceria entre a Fumdham e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Para a gestão do parque, entretanto, a fundação depende dos recursos do Ministério do Meio Ambiente, repassados pelo Ibama. Sem essa verba, a unidade se mantém graças a doações de empresas, como a Vale do Rio Doce, a Petrobras e a Caixa Econômica Federal. Dos 270 funcionários, restam apenas 80. “Não dá para trabalhar nessas condições; nunca sabemos se no mês seguinte vamos ter dinheiro”, disse Guidon, que ameaçou abandonar os projetos caso a situação não melhorasse. Em tom de desabafo, ela reclamou ainda da pressão feita por moradores dos assentamentos no entorno do parque. Além de desmatar uma área protegida por lei e caçar animais silvestres, eles ameaçam a integridade dos sítios arqueológicos.

Guidon também questionou o destino de R\$ 20 milhões voltados para a construção de um aeroporto na cidade de São Raimundo Nonato, que melhoraria a infra-estrutura turística da região. “Gastaram todo esse dinheiro para fazer o aeroporto, mas no local só há uma pista tomada por poças d’água”, acusou Guidon, mostrando fotos que comprovam a denúncia. O parque tem potencial para receber 3 milhões de turistas por ano, mas, sem

“O Parque Nacional da Serra da Capivara tem potencial para receber 3 milhões de turistas por ano, mas, sem infra-estrutura, acolhe anualmente meros 15 mil visitantes.”

Niède Guidon
Presidente da Fundação
Museu do Homem Americano

infra-estrutura, acolhe anualmente meros 15 mil visitantes. A arqueóloga criticou o mau hábito dos políticos locais, que, em época de eleições, promovem festas com dinheiro público e não investem no desenvolvimento socioeconômico da região.

História remota

Além da exuberância de suas paisagens, a serra da Capivara é de grande interesse científico devido à sua riqueza arqueológica. Segundo Guidon, a região tem evidências da presença humana que remontam 100 mil anos BP (*before present* – antes do presente). No sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada foram encontrados instrumentos de pedra pouco trabalhados, similares aos achados do Paleolítico na Austrália e no Japão. O Paleolítico, ou idade da pedra lascada, compreende o período de 2,5 milhões a 10 mil anos atrás. Diante da hipótese da formação natural dos objetos encontrados, eles foram analisados por microscopia eletrônica de varredura, ficando comprovada sua origem antrópica (isto é, as peças foram manipuladas pelo homem). As pesquisas levam a crer que o homem chegou ao continente americano há mais de 100 mil anos por diversas vias, inclusive a marítima.

Pela técnica de datação do carbono-14, foi possível analisar um grande período, de 60 mil a 10 mil anos BP, que conta a evolução dos antigos moradores da região. Com o passar do tempo, o homem aperfeiçoou as técnicas de fabricação dos instrumentos, passando a usar rochas mais adequadas ao lascamento, como o sílex e a calcadônia. Sobre a migração dos povos em tempos mais recentes, Guidon destaca a descoberta de fezes humanas datadas de 7.230 anos atrás, encontradas perto de uma fogueira. As fezes foram analisadas por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, que encontraram ovos de *Ancylostoma duodenalis*, causador do amarelão. Em sua fase larval, o verme exige temperaturas acima de 25°C, indicando que, para a doença atingir a região naquela época, os povos devem ter saído de áreas quentes e atravessado outras com temperaturas semelhantes. “Essa descoberta exclui qualquer possibilidade de passagem pelo estreito de Bering”, concluiu Guidon.

Esse povo tão antigo deixou marcas nas paredes das cavernas da região. Foram encontradas figuras rupestres dos mais variados tamanhos (de 2 cm a 3 m). Segundo a arqueóloga, essas figuras serviam para a comunicação do homem pré-histórico. Guidon reconhece que o verdadeiro significado dessa linguagem se perdeu no tempo, mas é possível identificar o estilo de cada etnia pela temática e disposição das figuras. Há duas tradições das pinturas nas rochas: a Tradição Agreste e a Tradição Nordeste. No parque

predomina esta última, que se caracteriza por retratar o homem em movimento, interagindo com animais, plantas e objetos. As figuras registram ações do cotidiano, fatos importantes e eventos simbólicos, como mitos e lendas. “É uma arte livre e alegre”, disse Guidon. “Não havia problema de sobrevivência”, concluiu, referindo-se ao fato de os pesquisadores não terem constatado sinais de subnutrição nos ossos humanos encontrados.

Mais que representar a temática valorizada pelas comunidades, as figuras indicam a realidade da época. “Os indivíduos não usavam arco-e-flecha, mas propulsores e dardos”, informou Guidon ao exibir desenhos de caçadores. Em outra figura, o caçador aparece carregando um veado-galheiro, atualmente extinto. Sabe-se que no passado a região limitava as florestas amazônica e atlântica – ainda hoje algumas espécies vegetais típicas de florestas úmidas perduram no local – e que sua fauna era bastante distinta da atual.

Riqueza humana

Ao elaborar o plano de manejo do parque, além de se preocupar com as riquezas naturais e históricas, a Fumdam procurou integrar a população nativa com atividades que viabilizem a preservação e o desenvolvimento sustentável do local. “Devemos fazer como os homens da pré-história: viver em harmonia com a natureza”, disse Guidon. Segundo ela, a serra da Capivara tem grande potencial para o turismo ecológico, sendo este a única alternativa econômica viável para uma região tão pobre como o sertão nordestino. Com investimento no ecoturismo e na educação ambiental, os antigos predadores viraram defensores do meio ambiente. Cinco

“Ao elaborar o plano de manejo do parque, além de se preocupar com as riquezas naturais e históricas, a Fundação Museu do Homem Americano procurou integrar a população nativa com atividades que viabilizassem a preservação e o desenvolvimento sustentável do local.”

Niède Guidon
Presidente da Fundação
Museu do Homem Americano

escolas foram construídas na região, recebendo mais de mil crianças em tempo integral. A Fundação Oswaldo Cruz treinou mulheres para trabalhar como enfermeiras nos postos de saúde das escolas. Uma parceria com o Instituto de Artes de São Paulo e com a Universidade Estadual Paulista capacitou professores para ensinar educação ambiental às crianças. “Esse programa excepcional deixou de existir quando faltaram verbas e a fundação passou a depender das prefeituras municipais”, lamentou Guidon. No ano

de 1995, o projeto de educação foi premiado pelo Unicef como uma das 15 melhores experiências na área pedagógica.

Na visão de Guidon, não há como separar preservação cultural de preservação ambiental. Alguns projetos envolvem os moradores da região com as atividades do parque e com os trabalhos nos sítios arqueológicos. Os membros da comunidade cuidam da entrada de visitantes no parque, e jovens da região são treinados para trabalhar na escavação dos sítios, na conservação da arte rupestre e na elaboração de um catálogo do acervo arqueológico. “Assim, essas pessoas aprendem uma profissão e não ficam dependentes dos programas sociais do governo”, afirmou Guidon. A seu ver, a inércia dos moradores da região é fruto de anos de coronelismo e de políticas assistencialistas. As atividades culturais, econômicas e sociais da Fumdham, hoje ameaçadas pela falta de incentivos, abrem perspectivas de um futuro melhor para um povo pobre, mas cercado por verdadeiras relíquias do passado brasileiro.

Multipolaridade desordenada

Há uma nova desordem na organização das nações desde a descoberta da fissão nuclear. Diante do perigo que o arsenal atômico dos diversos países representa, a questão deveria ser amplamente discutida em todo o mundo, segundo o físico Luiz Carlos Menezes, da Universidade de São Paulo (USP), o jornalista Newton Carlos, da *Folha de S. Paulo*, e o engenheiro naval Othon Luiz Pinheiro da Silva, da Eletronuclear. Na mesa-redonda 'Uma nova (des?) ordem mundial', moderada por Menezes, eles debateram a questão no âmbito político e social e defenderam pontos como o fim das pesquisas com fins armamentistas, o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro com fins pacíficos e uma fiscalização mais rígida em âmbito mundial.

No início de sua fala, Menezes fez uma correção no título da mesa-redonda, que teve a última palavra, 'nuclear', omitida por engano. "Não era para ser uma discussão tão abrangente assim; não conseguiremos falar de todos os aspectos", brincou. Em seguida ele expôs a proposta a ser discutida: "Há grande desordem mundial no que diz respeito ao domínio das tecnologias de produção de armamento nuclear, e o risco da utilização desse arsenal é crescente".

Menezes criticou a assinatura do acordo Brasil-Alemanha pelo governo federal na década de 1970. Nesse documento, assinado em 1975, o país se comprometeu a construir, juntamente com empresas alemãs, oito grandes reatores

nucleares para geração de eletricidade e a implantar uma indústria teuto-brasileira para fabricação de combustível e componentes para reatores, em um programa que duraria 15 anos. O acordo permitia ao Brasil desenvolver no próprio país a tecnologia de enriquecimento do urânio. “Foi um grave equívoco do ponto de vista econômico e ambiental.”

Antes de passar a palavra aos demais debatedores, o físico da USP definiu para o público o que chama de história da era nuclear global. Segundo ele, houve uma pré-história da questão atômica, que se iniciou com a descoberta da fissão nuclear do urânio pelo físico alemão Otto Hahn (1879-1968) e teve seu ponto alto no lançamento das bombas de urânio e plutônio sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945. A nova ordem mundial teria se iniciado a partir daí, marcada pela corrida armamentista nuclear.

“Há grande desordem mundial no que diz respeito ao domínio das tecnologias de produção de armamento nuclear, e o risco da utilização desse arsenal é crescente.”

Luiz Carlos Menezes
Físico da Universidade
de São Paulo

Em 1949, com a construção do primeiro explosivo soviético, estabeleceu-se a bipolaridade que caracterizou a guerra fria, convertida mais tarde na complexa multipolaridade contemporânea.

Durante esse período, consolidou-se rapidamente o chamado clube nuclear, do qual fazem parte Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra e China. Paquistão, Índia e Israel participam da corrida, mas, na visão da sociedade global, esses países não possuem conhecimento atômico de fato, não tendo sido, por essa razão, formalmente incorporados ao grupo. “Esse clube, que fique claro, não é o que detém tecnologia para produzir energia, e sim explosivos nucleares”, explicou Menezes.

Desde a formação do clube, há um grande esforço, encabeçado pelos Estados Unidos, para impedir que esse conhecimento se dissemine para outras nações

do planeta, o que impede diversos países de desenvolver tecnologia nuclear, independentemente da intenção de uso. O moderador da mesa-redonda explicou de que forma isso atinge o Brasil.

Como outros países, o Brasil decidiu enfrentar, na década de 1950, o desafio de desenvolver uma política científica e tecnológica autônoma no campo nuclear, sem depender da importação de tecnologia norte-americana. O pioneirismo coube ao almirante Álvaro Alberto, primeiro presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à época Conselho Nacional de Pesquisas, criado em 1951.

A primeira tentativa de importação de centrífugas da Alemanha, para iniciar os estudos sobre enriquecimento do urânio, falhou, inicialmente por boicote dos Estados Unidos e posteriormente devido a uma mudança política e à falta de interesse local. O CNPq tentou se manter autônomo, apesar da forte oposição da ala pró-americana existente no governo e na comunidade científica. Em 1956, a Comissão Nacional de Energia Nuclear assumiu o comando da política nuclear brasileira, em concordância com a política dos Estados Unidos.

Desde 1953, os Estados Unidos haviam proposto um acordo de utilização de energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. Na prática, isso significava, para os países que não detinham conhecimento científico e tecnológico na área, continuar como exportadores de matérias-primas e importadores da tecnologia americana. Nesse contexto, Brasil e Estados Unidos assinaram, em 1955, um acordo de cooperação para o desenvolvimento da energia atômica com finalidades pacíficas.

O tratado só veio aumentar a polêmica já existente entre pesquisadores brasileiros, que colocava de um lado os que defendiam a importação da tecnologia americana e do outro os que almejavam a criação de conhecimento próprio, utilizando outros elementos químicos, como caminho para desenvolver uma política científica exclusivamente nacional. “O tempo todo o Brasil convive com diferentes visões. Há quem defenda a autonomia e há os que se propõem ao alinhamento automático, isto é, subordinação a interesses maiores, geralmente dos norte-americanos”, afirmou Menezes, com evidente crítica à segunda posição.

A desordem

“Enfim, o que foi que produziu essa nova ordem ou desordem nuclear? Primeiro, devemos entender a questão nuclear como herdeira da multipolaridade global”, disse o físico. Para ele, a internacionalização extrema da mercadoria fragilizou os estados-nações e isso transformou muitos deles em cónsules do mercado mundial. Isso poria fim à aspiração de muitos países e produziria uma fragmentação do mundo a partir da reorganização dos blocos. Além disso, o terrorismo também torna a questão nuclear uma prioridade a ser amplamente debatida.

Ao abordar o contexto atual, Menezes mostrou-se temeroso. O primeiro aspecto levantado foi o da clara aproximação entre Estados Unidos e Índia, ainda não admitido pelo Congresso norte-americano, mas visível segundo o debatedor. Do outro lado, abre-se espaço para um alinhamento entre China e Paquistão, criando uma situação bastante

complicada. Estados Unidos e China são parte do clube nuclear, enquanto Índia e Paquistão vivem uma grande tensão devido aos conflitos na região da Caxemira. Para o físico, a comunidade internacional deve estar atenta a esses problemas e encontrar meios pacíficos de solucioná-los.

“Como fica o Brasil no contexto mundial?”, perguntou o físico da USP. “Caso se inicie um conflito, nós, por estarmos do lado ocidental, nos alinharemos automaticamente com os Estados Unidos? E o Irã, fica do lado do mal? Essas são questões para as quais não tenho respostas.”

Newton Carlos, mais acostumado à linguagem escrita do que ao discurso oral, preparou um texto no qual discorreu sobre a questão nuclear. Ele questionou a necessidade de utilização de bombas atômicas. Para ele, trata-se apenas de um instrumento de dominação política. “Ainda hoje se discute por que os Estados Unidos lançaram bombas nucleares em cidades habitadas por civis. Seria a necessidade de apressar a derrota do Japão e resumir as perdas americanas, ou seria um recado para a União Soviética?”

O jornalista contou que o presidente dos Estados Unidos à época dos bombardeios, Harry Truman (1884-1972), já havia dito anteriormente ao líder supremo da União Soviética, Josef Stalin (1878-1953), que o arsenal norte-americano dispunha de uma terrível arma de destruição em massa. “A história registra que Stalin não ficou nem um pouco preocupado com a informação por um motivo simples: os soviéticos também já estavam prestes a obtê-la.”

Estados Unidos e União Soviética construíram um arsenal capaz de destruir o mundo muitas vezes,

mas a disputa se dava entre os blocos liderados pelas duas potências, entre o capitalismo e o socialismo. Era preciso evitar que outros países entrassem no jogo, razão pela qual foi negociado em 1970 o Tratado de Não-proliferação Nuclear: as nações só poderiam desenvolver tecnologia atômica para fins pacíficos, e as potências nucleares teriam de reduzir seus arsenais gradativamente. A fiscalização ficou a cargo da Agência Internacional de

“Como fica o Brasil no contexto mundial? Caso se inicie um conflito, nós, por estarmos do lado ocidental, nos alinharemos automaticamente com os Estados Unidos? E o Irã, fica do lado do mal? Essas são questões para as quais não tenho respostas.”

Luiz Carlos Menezes
Físico da Universidade
de São Paulo

Energia Atômica. “Nada do que foi acertado aconteceu”, disse o jornalista.

Hoje temos outra ordem nuclear, mas ainda liderada por interesses estratégicos dos Estados Unidos, segundo Newton Carlos. “Israel, por exemplo, é um caso curioso. Em âmbitos como as assembleias da ONU, não se fala em bomba atômica. O assunto é simplesmente evitado.” Alguns países conseguem discreta permissão para usar conhecimento nuclear, como a Índia. O jornalista da *Folha de S. Paulo* citou ainda os casos do Irã e da Coreia do Norte, que insistem em desenvolver programas de pesquisas nucleares, apesar da repressão da comunidade internacional. “Hoje não se trata de saber que países possuem bombas. É preciso saber quem possui bombas boas e quem possui bombas ruins”, afirmou.

Na seqüência, Othon Silva deu continuidade ao raciocínio de Newton Carlos. “O problema aumenta quando lembramos da guerra Irã-Iraque, quando Saddam Hussein era aliado dos Estados Unidos para conter os xiitas, ou mesmo durante a guerra fria, quando Osama Bin Laden foi armado pelos norte-americanos para complicar a vida dos soviéticos”, disse. “O que é bom e o que é ruim muda com o tempo.” Segundo o engenheiro naval da Eletronuclear, a classificação ‘bomba boa’ e ‘bomba ruim’ se parece com a definição de ‘negócio’ e ‘negociata’. “Negócio é uma transação realizada com um parceiro e negociata, com um não-parceiro; assim, bomba boa é a que serve para o país central e bomba ruim é a que vai contra seus interesses”, prosseguiu.

“Hoje temos outra ordem nuclear, mas ainda liderada por interesses estratégicos dos Estados Unidos.”

Newton Carlos
Jornalista da *Folha de S. Paulo*

De acordo com o físico da USP, o currículo de Silva lhe dá credibilidade para se pronunciar sobre a questão nuclear. Hoje vice-almirante da reserva, Silva criou e coordenou a chamada Coordenadoria de Projetos Especiais, responsável pelo desenvolvimento do projeto de construção do submarino brasileiro a propulsão nuclear. Ele liderou um grupo de pesquisadores interessados em dominar o ciclo completo da tecnologia de utilização da energia atômica. Projetista e construtor naval, desenvolveu ultracentrífugas totalmente nacionais para enriquecimento do urânio.

O vice-almirante lançou mão da área do jornalismo para explicar as mudanças de comportamento das nações no contexto da corrida nuclear. “Para entender as relações entre países, é preciso separar as notícias que têm algum viés internacional em quatro gavetas de um arquivo: na última, eu poria as que falassem de notícias cotidianas; na

penúltima, as que tivessem alguma relação com pressão econômica ou diplomática; na segunda, as que caracterizassem ameaça ou demonstração de força; na primeira, as que dissessem respeito a agressão ou ocupação territorial.”

“Analisando as notícias, veríamos que os temas mudariam de uma gaveta para outra com o passar do tempo”, disse o engenheiro, afirmando que o que faz com que as pautas se alterem é o interesse econômico. “Às vezes a questão vem embrulhada em um aspecto político ou religioso, mas a economia está sempre por trás”, afirmou. Para ele, não é algo surpreendente. “O comportamento coletivo reflete o individual.”

“A classificação ‘bomba boa’ e ‘bomba ruim’ se parece com a definição de ‘negócio’ e ‘negociata’. Negócio é uma transação realizada com um parceiro e negociata, com um não-parceiro; assim, bomba boa é a que serve para o país central e bomba ruim é a que vai contra seus interesses.”

Othon Luiz
Pinheiro da Silva
Engenheiro naval
da Eletronuclear

O ponto de vista de cada país seria, segundo ele, excessivamente unilateral – o que teria provocado a multipolaridade desordenada. “Isso criou uma sensação de insegurança em todo o mundo, e cada Estado passou a defender o que é seu”, disse Silva. “A defesa é a arte da guerra.”

O expositor fez outra analogia do individual com o coletivo para explicar a importância que os países vêm na energia nuclear para a defesa de seus interesses. Há uso de energia mecânica para um homem dar uma paulada em um animal com a intenção de matá-lo, o que revela como a energia aumenta o poder do homem. No século passado, o mundo descobriu que existe no núcleo dos átomos uma forma de energia muito mais poderosa e concentrada do que qualquer outra já vista. “O primeiro uso foi algo para o qual não há desculpa moral: lançar bombas sobre duas cidades civis, onde crianças dormiam.” Não seria muito diferente de um comportamento individual, na linha de pensamento do engenheiro, mas as proporções dos danos foram muito maiores.

Fins pacíficos

Silva defendeu o desenvolvimento da tecnologia necessária para o uso de energia nuclear no Brasil. Para ele, se há um país em que a energia nuclear é necessária para fins pacíficos, esse país é o nosso. “Sempre que um Estado não pode prover recursos

suficientes à população a partir de suas fontes primárias próprias, ele deve buscá-los em outras áreas”, afirmou o engenheiro naval.

As hidrelétricas já foram suficientes para responder à demanda de energia, mas cada vez mais há maior necessidade de produção, e a fonte dessa energia – a água – não consegue acompanhar a demanda. “Nossas centrais de produção de energia elétrica a partir de represas funcionam formidavelmente, levando-se em conta que a vazão das águas e o consumo de energia nas cidades são variáveis extremamente flutuantes. “Na opinião de Silva, a forma mais barata de geração de energia elétrica, devido à quantidade de matéria-prima disponível em território nacional, é a energia nuclear.

Uma estudante que acompanhava o debate questionou a segurança da produção de energia elétrica a partir de energia nuclear, citando o desastre de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986. Silva disse que não há como Chernobyl se repetir. “Aquele modelo era errôneo. O reator não dispunha de um fator indispensável, a contenção, que impede a liberação de material radioativo em caso de vazamento. Justamente por causa desse acidente, muito se discutiu sobre segurança. Hoje as usinas são absolutamente seguras”, garantiu.

Na platéia alguém lembrou que a retomada do programa nuclear pelo governo brasileiro, com a criação da usina Angra 3, no Rio de Janeiro, tem sido alvo de protesto de diversas organizações não-governamentais de cunho ambientalista.

“Se há um país em que a energia nuclear é necessária para fins pacíficos, esse país é o nosso. Sempre que um Estado não pode prover recursos suficientes à população a partir de suas fontes primárias próprias, ele deve buscá-los em outras áreas.”

Othon Luiz
Pinheiro da Silva
Engenheiro naval
da Eletronuclear

ANTROPOLOGIA

Especialistas querem entender
por que modalidade esportiva
reúne tantos entusiastas

O futebol e a copa da Alemanha

Em mês de copa do mundo, especialistas em esporte refletiram sobre a dimensão cultural do futebol na mesa-redonda 'O futebol e a copa do mundo da Alemanha: um debate sobre esporte, identidade, cultura e mercado', durante a 58ª Reunião Anual da SBPC. O antropólogo e educador físico Arlei Sander Damo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), analisou a copa do mundo a partir de uma perspectiva metafórica. Para isso, ele se concentrou nos ganhos e perdas de natureza simbólica que motivam a adesão e a participação do público. "Uma copa jamais seria o evento bem-sucedido que é, em termos de público, se não contasse com a adesão em larga escala de torcedores de diferentes partes do mundo", apontou Damo, procurando identificar o que de fato motiva essa adesão.

O antropólogo descartou hipóteses freqüentemente levantadas por especialistas, que costumam justificar o interesse pelo futebol a partir do jogo em si. Muitos argumentam que o jogo tem regras fáceis e pode ser improvisado. Mas ele rejeita essa hipótese. "Basta vermos as regras da peteca ou da bola de gude para perceber que elas são tão ou mais simples do que as do futebol e não têm o apelo que o futebol tem", comparou.

De acordo com Damo, por muito tempo, dentro de uma sociologia mais engajada, tentou-se explicar o interesse pelo futebol a partir do conceito de alienação. Ele chamou essas

teorias de conspiratórias, porque elas afirmam que alguém, que não se sabe quem, arquitetou de forma maquiavélica um espetáculo que consegue cativar o interesse do público por completo, deslocando seu interesse de outras esferas da vida social, notadamente da esfera política. “Esse é um argumento construído basicamente por líderes de sindicato, no momento em que tentavam mobilizar os trabalhadores para a reivindicação de melhores condições de trabalho. Enquanto isso, os patrões promoviam torneios esportivos nas empresas, o que afastaria os trabalhadores das mobilizações. Justamente o contrário dos interesses dos militantes sindicalistas”, relatou Damo.

O palestrante relacionou o esporte com espetáculo, ao prazer que é dado ao espectador que vê os outros jogarem. Ele destacou que em vários esportes está presente a lógica do confronto, que parte da igualdade para, ao final, estabelecer vencedores e vencidos. “Essa simbologia é muito próxima à da guerra. Matar e morrer simbolicamente fazem parte dos esportes”, afirmou. Essa, aliás, lembrou Damo, é a tese do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), autor de textos importantes sobre sociologia do esporte, especialmente o futebol.

Segundo Elias, os esportes são os espaços em que a sociedade moderna, que em tese não tolera a violência, permite matar e morrer, simbolicamente. Hoje, os esportes têm um conjunto de regras que restringem a violência, mesmo nos esportes de luta, tidos como mais violentos. Diferente de antigamente, quando havia lutas como o pancrácio – combate ginástico que, na Grécia e na Roma antigas, resultava da combinação de luta livre com pugilato, em que um contendor podia terminar morto. O processo de regramento para conter a violência nos esportes modernos é considerado por Elias como um desdobramento do processo civilizatório. Mas ele não tentou explicar por que alguns esportes têm mais adesão e público do que outros – justamente a questão que Damo tenta elucidar.

“Em quase todos os esportes está presente a lógica do confronto, que parte da igualdade para, ao final, estabelecer vencedores e vencidos. Essa simbologia é muito próxima à da guerra. Matar e morrer simbolicamente fazem parte dos esportes.”

Arlei Sander Damo
Antropólogo e educador físico
da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

A nação do futebol

O que faz com que um indivíduo se declare torcedor de um time? Para Damo, o que faz o futebol diferente de outros esportes não é o jogo, mas o clubismo, que sustenta

o futebol como espetáculo. “O público é engajado; as pessoas não vão ao estádio para ver um jogo de futebol, mas para torcer por um time”, ressaltou.

O antropólogo da UFRGS fez algumas analogias entre nações e clubes de futebol. Ele explicou que optou por essa analogia porque, no ocidente, Estado e nação são formas de organização política e social já quase naturalizadas; todos temos uma nacionalidade e estamos sob a égide de determinados códigos, dados por um Estado. Uma nação tem um território geográfico bem demarcado, com fronteiras; no caso das torcidas, há um território imaginário, que é o estádio de futebol, onde elas se concentram. Todo

“Quando se passa do clubismo para as copas do mundo, o que muda é o referencial, e a adesão passa a se dar a partir da categoria nacional. Tanto é verdade que uma copa do mundo atrai a atenção de um público com maior presença de mulheres, crianças e homens que habitualmente não acompanham futebol.”

Arlei Sander Damo
Antropólogo e educador físico
da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Estado ou nação tem uma capital, onde se concentra o poder; o clube de futebol tem o seu estádio, que o representa e é onde a torcida espera que ele sai vencedor e seja respeitado. O chefe de Estado pode ser relacionado com o presidente do clube, e o parlamento com os conselhos deliberativos. Os movimentos sociais se comparam às torcidas organizadas. O código visual de um clube, suas cores, seus cânticos e seus xingamentos no estádio correspondem à ‘língua oficial’ de uma nação ou à sua bandeira, contribuindo para a definição de uma identidade.

Tais analogias, segundo Damo, traçam um paralelismo em relação ao modo simbólico como nos pensamos a partir dessas categorias coletivas, de Estado e nação, e a maneira como o esporte é espetáculo, particularmente o futebol, no Brasil. Ele acrescentou que, se outros esportes espetacularizados forem analisados em outros países, o quadro não será diferente.

Engajamento

“Quando as pessoas assistem a um jogo de futebol, elas não estão simplesmente reagindo às estratégias de jogo ou às nuances estéticas que o jogo proporciona.

Estão engajadas, torcendo para que um dos contendores vença”, explicou Damo. Quando se passa do clubismo para as copas do mundo, o que muda é o referencial, e a adesão passa a se dar a partir da categoria nacional. “Tanto é verdade que uma copa do mundo

atrai a atenção de um público com maior presença de mulheres, crianças e homens que habitualmente não acompanham futebol.” Segundo ele, as formas de torcer são diferentes, mais descontraídas do que as que prevalecem no ambiente tenso, notoriamente masculino e com grande densidade de violência simbólica, verbal e por vezes física que o futebol de clubes apresenta.

O antropólogo deixou aberta a questão sobre como se construiu a relação de pertencimento, que faz com que a seleção brasileira de futebol, organizada por uma entidade sem relação com o Estado, represente a nação, a tal ponto que deixamos de falar em time de futebol para falar em Brasil. “Essa relação, que nos parece natural, foi na verdade construída ao longo do século passado. Em parte graças ao suporte de agências governamentais, particularmente da ditadura da década de 1930”, afirmou. Damo acrescentou que, na medida em que o futebol foi se constituindo como espetáculo, passou a ter apelo publicitário e a ser comercializado; hoje, quem se encarrega de mobilizar o patriotismo é a mídia.

O antropólogo, que considera a beleza indissociável da emoção, definiu a emoção estética dada nos esportes de grande público pela adesão, pelo engajamento. Para ele, ainda precisam ser bem compreendidas as maneiras como se dão esses processos. “No futebol o que ocorre é que acima do interesse do torcedor pelo jogo em si estão as emoções estéticas que ele experimenta durante a partida. Há um sistema de solidariedade, pertencimento e emoção. É por isso que o futebol consegue se vincular a essas categorias e ter tanta adesão do público; não é pelas regras do jogo”, concluiu.

Imprevisibilidade

O educador físico João Batista Freire, professor do curso de pós-graduação em educação física da Universidade do Estado de Santa Catarina, tratou dos motivos que teriam levado a seleção brasileira a perder a copa do mundo de 2006, na Alemanha. Ele afirmou que o mundo inteiro esperava do time do Brasil um espetáculo de arte e competência. Para ele, beleza e eficiência, arte e rendimento, não são necessariamente incompatíveis. “As obras de arte demandam grande esforço e disciplina de seu realizador. Um escultor retira pedaços de uma peça de madeira até que a beleza se revele”, disse, comparando o trabalho do artista com o trabalho que deve ser feito com os atletas. A seu ver, faltou esse trabalho à seleção brasileira de futebol na copa de 2006.

“O esporte é uma manifestação do lúdico, e o futebol é uma modalidade esportiva extremamente socializada do jogo”, disse Freire, para quem a imprevisibilidade está

entre as características fundamentais de uma partida. “Esse componente talvez seja a característica essencial do jogo; quem souber lidar melhor com a imprevisibilidade ganha.”

Em comentário sobre a atuação da Itália, vencedora da copa de 2006, Freire disse que a motivação da equipe provavelmente era conseguir anular as punições a clubes e atletas envolvidos em denúncias de corrupção de compra de arbitragem. “Quando a Itália viajou para a Alemanha, o quadro de corrupção estava praticamente elucidado, mas os jogadores e a comissão técnica acreditavam que, se vencessem, poderiam ser perdoados, porque quem vence se sente inocente, quem vence está em estado de graça.”

“A forma como nós brasileiros nos identificamos com uma vitória ou uma derrota em uma copa do mundo é absolutamente diferente de como vitória ou derrota são simbolizadas em outros países.”

Paulo Ricardo Capela
Educador físico da
Universidade Federal de
Santa Catarina

Freire lembrou que se um cidadão comum fizesse certas coisas que fazem alguns jogadores em campo seria fatalmente condenado e teria que cumprir pena. Como exemplo, ele citou o caso do jogador francês Zinedine Zidane, que agrediu um jogador italiano diante de milhares de testemunhas e não sofreu punições.

Cultura popular

O educador físico Paulo Ricardo Capela faz parte do Núcleo de Estudos de Cultura Popular da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem, entre outros objetivos, estudar o futebol com mais profundidade, discutindo-o na dimensão de uma cultura popular.

Para Capela, a idéia de que a vitória no esporte é em geral meramente simbólica, portanto cultural, produz uma identidade. “A forma como nós brasileiros nos identificamos com uma vitória ou uma derrota em uma copa do mundo é absolutamente diferente de como vitória ou derrota são simbolizadas em outros países.”

O educador físico não acredita que o gosto pelo futebol esteja decrescendo. “A assistência aos jogos nos estádios está diminuindo; mas a audiência pela televisão aumenta em taxas cada vez maiores”, disse. Segundo Capela, o espetáculo visto presencialmente está ganhando adeptos em lugares onde o futebol ainda não foi explorado pelo mercado do esporte, como países da Ásia e da África.

Eventos documentados em vídeo durante a 58ª Reunião Anual

Disponíveis em www.sbpnet.org.br

A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conferencista: Nilcéa Freire (SPM)

A POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conferencista: Sergio Rezende (MCT)

PASSOS EM DIREÇÃO À COMPLEXIDADE: DA FORMAÇÃO DOS ELEMENTOS QUÍMICOS À VIDA NO UNIVERSO

Conferencista: Amancio C. S. Friaça (USP)

Debatedor: Lício da Silva (ON)

NOVOS MODELOS DE UNIVERSIDADE

Debatedor e moderador: Hermano Tavares (UFABC)

Debatedores: Nelson Maculan (UFRJ); Guido Clemente (Univ. Florença)

ESTUDO MULTI E INTERDISCIPLINAR DAS INTERAÇÕES BIOSFERA-ATMOSFERA NA AMAZÔNIA

Debatedor e moderador: Pedro L. da Silva Dias

Debatedor: Carlos Nobre (INPE)

UTOPIA

Conferencista: Marilena Chauí (USP)

CONTROLE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - A ENERGIA ELÉTRICA E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Expositor e coordenador: Edson Hirokazu Watanabe (UFRJ)

Expositores: Antônio Simões Costa (UFSC); Carlos Portela (UFRJ)

IMPACTOS SOCIAIS E TECNOLÓGICOS DA IMPLANTAÇÃO DE TV DIGITAL ABERTA NO BRASIL

Expositor e coordenador: Sérgio Bampi (UFRGS)

Expositores: Marcelo Zuffo (USP); Augusto Gadelha (MCT)

NOVAS TECNOLOGIAS DE REFRIGERAÇÃO

Expositor e coordenador: Hannes Fischer (EMBRACO)

Expositor: Sérgio Gama (UNICAMP)

POLÍTICAS ESTRATÉGICAS PARA APROVEITAMENTO E GERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL

Expositor e coordenador: Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)

Expositor: Sérgio Colle (UFSC)

MEMÓRIAS DA GENÉTICA NO BRASIL

Participantes: Crodowaldo Pavan (USP); Francisco Mauro Salzano (UFRGS); Antonio Rodrigues Cordeiro (UFRJ); Warwick Estevam Kerr (UFU); Ernesto Paterniani (USP)

IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CIÊNCIA BRASILEIRA

Conferencista: Eduardo Moacyr Krieger (ABC)

DEPRESSÃO, PÂNICO E ANSIEDADE: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL

Expositor e coordenador: Antonio de Pádua Carobrez (UFSC)

Expositores: Frederico Guilherme Graeff (USP); Roberto Andreatini (UFPR)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO TIC'S NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Debatedor e moderador: Manuel Marcos Maciel Formiga (ABED)

Debatedores: Fredric Litto (USP); Celso Costa (UFF); Fernando Spanhol (UFSC)

BIOÉTICA E SUAS QUESTÕES

Debatedor e moderador: William Saad Hossne (UNESP)

Debatedor: Fermin Roland Schramm (FIOCRUZ)

A BUSCA DE VIDA EXTRATERRESTRE – UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA

Conferencista: Carlos Alexandre Wuensche de Souza (INPE)

Debatedor: Lício da Silva (ON)

CHUMBO: DANOS BIOQUÍMICOS, NEUROLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS

Conferencista: Etelvino José Henrique Bechara (USP)

COMPUTAÇÃO VISUAL

Conferencista: Luiz Carlos Pacheco Rodrigues Velho (IMPA)

GRIPE AVIÁRIA

Conferencista: Edison Luiz Durigon (USP)

JOGANDO COM O FUTURO: UMA VISÃO EVOLUTIVA SOBRE A PERSPECTIVA DE VIDA

Conferencista: Martin Daly (McM/Canadá)

Debatedor: Maria Emília Yamamoto (UFRN)

VIOLÊNCIA , CRIMINALIDADE E CIDADANIA

Expositor e coordenador: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

EPILEPSIAS: DA DOENÇA SAGRADA À NEUROGENÔMICA

Expositor e coordenador: Norberto Garcia Cairasco (USP)

Expositores: Roger Walz (UFSC); Marino Muxfeldt Bianchin (USP)

HOMOSSEXUALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Expositor e coordenador: Peter Henry Fry (UFRJ)

Expositores: Miriam Pillar Grossi (UFSC); Sérgio Luís Carrara (UERJ)

TECNOLOGIA

Conferencista: Evando Mirra de Paula e Silva (ABDI)

A UNIVERSIDADE, AS PESQUISAS E AS EMPRESAS

Conferencista: Carlos Henrique de Brito Cruz (FAPESP)

Debatedor: Alex Bolonha Fiúza de Melo (UFPA)

PROJETO E OTIMIZAÇÃO DE COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO

Expositor e coordenador: Jader Riso Barbosa (UFSC)

Expositores: Fabrício Caldeira Possamai (EMBRACO); José Viriato Coelho Vargas (UFPR)

TENDÊNCIAS EM SISTEMAS-EM-CHIP: A NANOELETRÔNICA NA FRONTEIRA

Expositor e coordenador: Sérgio Bampi (UFRGS)

Expositores: Altamiro Amadeu Susin (UFRGS)

A RELIGIÃO COMO SOLVENTE CULTURAL

Conferencista: Antônio Flávio Pierucci (USP)

CONSERVAÇÃO E VARIABILIDADE GENÉTICA NA EVOLUÇÃO

Conferencista: Antonio Rodrigues Cordeiro (UFRJ)

NEUROÉTICA: A OUSADIA DE “PROMETEU” RETOMADA

Conferencista: Roberto Lent (UFRJ)

O TSUNAMI DE SUMATRA DE DEZEMBRO 2004 E A PROBABILIDADE DE OCORRER TSUNAMIS NO OCEANO ATLÂNTICO QUE AFETEM O BRASIL

Conferencista: Jesus Berrocal (USP)

Debatedor: Alberto Brum Novaes (UFBA)

SAMBAQUEIROS: OS SOBERANOS DA COSTA

Conferencista: Maria Dulce Gaspar (UFRJ)

Debatedor: Paulo de Blasis (USP)

DESAFIO EM RELAÇÃO ÀS TERAPIAS AVANÇADAS

Expositor e coordenador: Marcelo Morales (UFRJ)

EXOPLANETAS/BIO

Expositor e coordenador: Carlos Alexandre Wuensche de Souza (INPE)

Expositores: Adriana V. Roque da Silva (Mack); Tatiana A. Michtchenko (USP)

DA MULTIDISCIPLINARIDADE À INTERDISCIPLINARIDADE: QUÍMICA, UMA CIÊNCIA DE INTERFACES

Expositor e coordenador: Antonio Salvio Mangrich (UFPR)

Expositores: Jailson Bittencourt de Andrade (UFBA); Oswaldo Luiz Alves (UNICAMP)

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Debatedor e moderador: Eunice Durham (USP)

Debatedores: Paulo Speller (UFMT); Álvaro T. Prata (UFSC)

MACONHA: MEDICAMENTO ESQUECIDO QUE RENASCE PELA CIÊNCIA

Conferencista: Elisaldo Carlini (UNIFESP)

NAÇÃO E CULTURA: CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Conferencista: Ruben George Oliven (UFRGS)

GÊNESE DA VIDA HUMANA

Expositor e coordenador: Isaac Roitman (MCT)

AMAZÔNIA, DESAFIO NACIONAL

Debatedor e moderador: Paulo Marchiori Buss (FIOCRUZ)

Debatedores: Alex Bolonha Fiúza de Melo (UFPA);

Marilene Corrêa da Silva Freitas (SECT-AM)

DOZE MESES DE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS, DESILUSÕES, ESPERANÇAS

Debatedor e moderador: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Debatedores: Benedito Tadeu César (UFRGS); Ingrid Sarti (UFRJ)

IMPACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DAS TICS (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

Debatedor e moderador: Tamara Benakouche (UFSC)

Debatedores: Lúcia Carvalho Pinto de Melo (CGEE); Gilson Lima (IPA)

PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA DA CAPIVARA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO NORDESTE

Conferencista: Niède Guidon (FUNDHAM)

CT&I NO BRASIL: A FRÁGIL PONTE PARA O MERCADO (O EXEMPLO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA)

Conferencista: Ozires Silva (OSEC/UNISA)

Debatedor: Rodrigo Coelho

NOVAS TECNOLOGIAS EM PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Expositor e coordenador: Fernando de Almeida França (UNICAMP)

Expositores: Segen Farid Estefen (UFRJ); Geraldo Spinelli Ribeiro (PETROBRAS)

PLÁSTICOS BIODEGRADÁVEIS

Expositor e coordenador: José Gregório Cabrera Gomez (IPT/SP)

Expositores: Luiziana Ferreira da Silva (USP); Roberto Nonato (PHB)

O BRASIL NA ERA DOS SATÉLITES: O QUE FIZEMOS, O QUE ESTAMOS FAZENDO E O QUE PRECISAMOS FAZER DAQUI PARA FRENTE

Coordenador: José Monserrat Filho (SBDA)

Participantes: Jurandir Zullo Jr. (UNICAP); Maurício Meira (GEOCONSULT);

José Raimundo Braga Coelho (Consultor); Celso Pinto de Melo (UFPE);

Marco Antonio Chamon (INPE); César Celeste Ghizoni (Equatorial Sistemas)

ATIVIDADE SOLAR, EFEITOS NO CLIMA E EM SISTEMAS TECNOLÓGICOS

Conferencista: Pierre Kaufmann (Mack)

DARWINISMO E A REVOLUÇÃO MOLECULAR

Conferencista: Francisco Mauro Salzano (UFRGS)

TRANSDUÇÃO DE ENERGIA EM MEMBRANAS BIOLÓGICAS

Conferencista: Leopoldo de Meis (UFRJ)

AQUÍFERO GUARANI:

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO GRANDE MANANCIAL DO MERCOSUL

Expositor e coordenador: Ricardo Hirata (USP)

UM PRIMATA IGUALITÁRIO, CULTURAL E COOPERATIVO

Expositor e coordenador: Maria Emília Yamamoto (UFRN)

Expositores: Maria Lúcia Seidl de Moura (UERJ); Fernando Leite Ribeiro (USP)

CULTURA: SEMEANDO INTERDISCIPLINARIDADE

Debatedor e moderador: Marcelo Ridenti (UNICAMP)

Debatedores: Ruben George Oliven (UFRGS); Renato Ortiz (UNICAMP)

DOENÇAS INFECCIOSAS EMERGENTES NO NOVO MILÊNIO

Debatedor e moderador: Pedro Luís Tauil (UnB)

O PODER DA IMPRENSA E SEUS LIMITES

Debatedor e moderador: José Paulo Cavalcanti (advogado)

Debatedores: Paulo Henrique Amorim (jornalista); Bob Fernandes (jornalista)

A CIÊNCIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Conferencista: Miguel Nicolelis (Duke)

AERODINÂMICA E FUTEBOL

Conferencista: Carlos Eduardo Magalhães Aguiar (UFRJ)

CIÊNCIAS, HUMANIDADES E INTERDISCIPLINARIDADE

Conferencista: Gabriel Cohn (USP)

A IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS SUPERDOTADOS: DESAFIOS E PROPOSTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Moderador: Ângela Virgolim (UnB)

Debatedores: Isaac Roitman (CONAIC) e Renata Rodrigues Maia Pinto (MEC)

LOGÍSTICA E NOVA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Conferencista: Bertha Becker (UFRJ)

VENENOS: VIDA E MORTE

Conferencista: Denise Vilarinho Tambourgi (Butantan)

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A QUESTÃO DO ABORTO

Expositor e coordenador: Lia Zanotta Machado (UnB), Miriam Grossi (UFSC) Expositores: Maria Jose Fontelas Rosado Nunes (PUCSP) ; Thomaz R. Gollop (USP)

COP8 – BIODIVERSIDADE: A MEGACIÊNCIA EM FOCO

Expositor e coordenador: Peter Mann de Toledo (INPE)

NANOTECNOLOGIAS: CONCEITOS, REALIZAÇÕES E DESAFIOS

Conferencista: Oswaldo Luiz Alves (UNICAMP)

A MECÂNICA DE INTERAÇÃO DE FLUIDOS E ESTRUTURAS

Expositor e coordenador: Aristeu da Silveira Neto (UFU)

Expositores: Julio Romano Meneghini (USP)

AÇOS ESPECIAIS

Expositor e coordenador: Walter Weingaertner (UFSC)

Expositores: Maria Teresa Paulino Aguiar (UFMG); Lirio Schaeffer (UFRGS)

ESCOAMENTOS COMPLEXOS NA ENGENHARIA E NATUREZA

Expositor e coordenador: Átila Pantaleão da Silva Freire (UFRJ)

Expositores: Paulo César Philippi (UFSC); Francisco Ricardo da Cunha (UnB)

NANOELETRÔNICA E TECNOLOGIA DE *DISPLAYS*

Expositor e coordenador: Adalberto Fazzio (USP)

Expositor: Alaíde Pellegrini Mammana (MCT)

ANALGÉSICOS PERIFÉRICOS: UM NOVO MECANISMO

Conferencista: Sérgio Henrique Ferreira (USP)

GREGORY BATESON: ANTROPÓLOGO E NATURALISTA

Conferencista: Otávio Velho (UFRJ)

ILHA DA MAGIA: TERRA DOS CASOS RAROS

Conferencista: Gelci José Coelho (UFSC)

VISÃO DE CORES E DIABETES

Conferencista: Dora Fix Ventura (USP)

CAPRINOS TRANSGÊNICOS: O MODELO BRASILEIRO

Conferencista: Vicente José Figueirêdo de Freitas (UECE)

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Debatedor e moderador: Ingrid Sarti (UFRJ)

Debatedores: Christian Caubert (UFSC) e José Monserrat Filho (SBDA)

PRODUTOS E PROCESSOS NANOTECNOLÓGICOS: MATERIAIS

Conferencista: Fernando Galembeck (UNICAMP)

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO:
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

Conferencista: Ronaldo Mota (MEC)

Debatedor: Fernando Spanhol (UFSC)

O MAR É INTERDISCIPLINARIDADE

Expositor e coordenador: Maria Cordélia Machado (MCT)

(RE)PENSANDO O FUTURO DO BRASIL

Conferencista: Aziz Ab'Saber (USP)

MICROELETRÔNICA E MICROSSISTEMAS

Expositor e coordenador: Carlos Galup-Montoro (UFSC)

Expositores: Newton Cesário Frateschi (UNICAMP); Antonio Petraglia (UFRJ)

UTILIZAÇÃO DE ROBÔS EM PROJETOS TECNOLÓGICOS

Expositor e coordenador: Sadek C. Absi Alfaro (UnB)

Expositores: Raul Guenther (UFSC); Glauco Caurin (USP)

**GRANDES DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A COMPUTAÇÃO NO BRASIL
NA DÉCADA 2006-2016**

Debatedor e moderador: Virgílio Augusto Almeida (UFMG)

Debatedores: José Palazzo Moreira de Oliveira (UFRGS); Antonio Alfredo Loureiro (UFMG)

O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E A PRESENÇA DA SOCIOLOGIA

Coordenador: Tamara Benakouche (UFSC)

Participantes: Nelson Dacio Tomazi (UFPR); Nise Jinkings (UFSC);

Fernando Ponte de Sousa (UFSC); Miriam Hartung (UFSC)

**A ANTÁRTICA E O ANO POLAR INTERNACIONAL: CIÊNCIA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL NA ÚLTIMA FRONTEIRA DA TERRA**

Conferencista: Jefferson Cardia Simões (UFRGS)

ASTROFÍSICA DE BURACOS NEGROS

Conferencista: João Evangelista Steiner (USP)

SANTOS DUMONT E A INVENÇÃO DO AVIÃO

Conferencista: Henrique Lins de Barros (CBPF)

AGENDA NACIONAL PARA C&T NO BRASIL:**COMPETÊNCIAS E LEI DE INOVAÇÃO**

Expositor e coordenador: Celso Pinto de Melo (UFPE)

AS NOVAS INFLEXÕES RACIAIS NO BRASIL

Debatedor e moderador: Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro (UFRJ)

Debatedores: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP); Humberto Adami (ADAMI);

Ennio Candotti (SPBC)

UMA NOVA (DES?)ORDEM MUNDIAL

Debatedor e moderador: Luiz Carlos Menezes (USP)

Debatedores: Newton Carlos (FSP); Othon Luiz Pinheiro da Silva (ELETRONUCLEAR)